

VANDA MARIA DA ROSA JARDIM

CIDADANIA:

um conceito construído por uma ONG

através da educação e saúde.

Pelotas - RS

1997

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIA DA SAÚDE
MESTRADO EM ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM
REDE DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM DA REGIÃO SUL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
FACULDADE DE ENFERMAGEM E OBSTETRÍCA**

CIDADANIA:

**um conceito construído por uma ONG
através da educação e saúde.**

**Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
em Assistência de Enfermagem para a obtenção
do grau de Mestre em Enfermagem por Vanda
Maria da Rosa Jardim,**

Orientadora: Dr.^a Rosita Saupe

Co-orientadora: MSc. Rita Maria Heck

Pelotas – RS

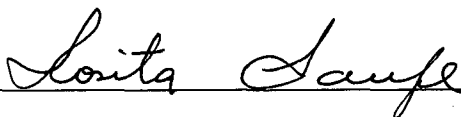
1997

CIDADANIA: um conceito construído por uma ONG
através da educação e saúde.

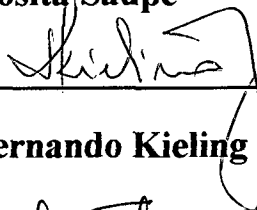
VANDA MARIA DA ROSA JARDIM

Esta dissertação foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para a obtenção do título de **MESTRE EM ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM** e aprovada em 26 de junho de 1997, atendendo as Normas da Legislação vigente do curso de Pós-Graduação em Enfermagem - Programa de Mestrado em Assistência de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina.

BANCA EXAMINADORA



Dr^a Rosita Saupe



Dr. Fernando Kieling



Dr.^a Zuleica Maria Patrício



Msc. Luciane Kantorski

AGRADECIMENTOS

À Rosita Saupe, orientadora e educadora... Sua postura pedagógica foi muito importante para a minha formação.

À Rita Heck pela co-orientação, apoio e disponibilidade.

Às Faculdades e Cursos de Enfermagem da Região Sul pela ousadia de proporem a REPENSUL e efetivá-la, enquanto uma rede de qualificação e troca.

Aos colegas da Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia por investirem em uma proposta de qualificação, recriando espaços para novos desafios.

Ao Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor - Região Sul pela disponibilidade e colaboração humana e material.

À todas as pessoas que contribuíram na execução do estudo, especialmente às colegas do mestrado.

SUMÁRIO

Resumo.....	05
Abstract.....	06
INTRODUÇÃO.....	07
ARTICULAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O TEMA: movimentos sociais, ONGs e cidadania.....	16
DESCREVENDO UM CAMINHO DO PENSAMENTO E DA AÇÃO.....	45
- Contextualizando o CAPA – região sul.....	49
- Sobre a Coleta de dados.....	52
- Sobre a análise.....	57
CIDADANIA: UMA POSSIBILIDADE DA EDUCAÇÃO E SAÚDE.....	59
- Contradição e mediação: as bases históricas do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor.....	59
- Para além dos movimentos tradicionais: mulheres; educação e saúde; cidadania e novas perspectivas.....	70
- Cidadania: um conceito construído, em construção... ..	92
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: IDÉIAS E QUESTÕES.....	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	105

RESUMO

O presente estudo pretende identificar o conceito de cidadania construído pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor - CAPA-Região Sul, através de sua atuação na área de educação e saúde. Para a efetivação deste trabalho, utiliza-se um referencial teórico acerca das Organizações Não Governamentais - ONGs, sua história e suas características de atuação no Brasil, enquanto espaço de desenvolvimento de ações de educação e saúde, no sentido de superação das práticas higienistas e de produção de um conceito de cidadania contemporâneo. Partindo deste referencial, os dados coletados através de análise documental, observações e entrevistas sofreram uma análise guiada pela hermenêutica-dialética, em um modelo adaptativo. Constata-se que o CAPA-Região Sul acompanhou a evolução histórica das ONGs, caracterizando-se inicialmente pela negação institucional e, paulatinamente, assumindo uma “cara” pública, através da participação nas redes de movimentos sociais e espaços institucionais, até chegar a um estágio de seletividade. Estas fases também são bem caracterizadas na área de educação e saúde, contribuindo para um conceito de cidadania construído / em construção, que mediado pela valorização e informação consolida uma busca de qualidade de vida, enquanto um conceito que abarca desejos individuais e necessidades coletivas.

ABSTRACT

The present study has the purpose of identifying the concept of citizenship as established by the Support Center to the Small Farmer - CAPA - Southern Region, through its performance in the areas of education and health. For the accomplishment of this work, a theoretical referential about Non-Governmental Organizations - NGO, their history and characteristics of acting in Brazil was used, as space of development of education and health actions, regarding the transcendence of the hygienist practices and the makeup of a contemporary citizenship concept. From this referential, the collected data through documental analysis, observations and interviews underwent a guided analysis by hermetical-dialect of an adaptive model. It was concluded that CAPA - Southern Region followed the historic evolution of NGOs, characterized initially by institutional negation and gradually taking on a public "face", through the participation in active networks, councils and institutional spaces until a stage of selectivity was reached. These phases are also well characterized in the areas of education and health, contributing towards a concept of constructed / under construction citizenship which, mediated by appreciation and information, consolidates a search for quality of life as a concept that covers individual desires and collective needs...

INTRODUÇÃO

As diferentes correntes de pensamento têm promovido, na área de saúde, constantes debates acerca da relação entre coletivo e individual, enquanto categorias balizadoras de uma teoria capaz de abarcar uma reflexão acerca do tema, buscando um instrumental adequado e preciso às análises que superem a construção de categorias universais limitantes.

Partindo de uma leitura crítica da história deste processo é possível identificar diferentes percepções que guiaram as distintas concepções sobre o tema para a humanidade, em diferentes momentos e grupos sociais. Seu entendimento, inicialmente místico, era percebido como uma relação, quase que exclusivamente particular, e vinculava-se a uma justificação também mística do poder (político e econômico). Ao longo da evolução histórica, já na estruturação do Estado moderno, o foco se desloca para o coletivo, e a coletivização do corpo bio-político dos indivíduos se dá no sentido de incrementar uma idéia coletiva que se encarregasse de realimentar os mecanismos de controle sobre o corpo dos trabalhadores (Foucault, 1993).

Outro marco importante neste processo se dá na construção de um saber “técnico” cuja origem ocorre a partir da microbiologia e produz um conjunto de conhecimentos, técnicas e instrumentos que hoje se constitui em uma prática hegemônica na área da saúde. Neste modelo o indivíduo isolado é o foco e o palco das ações.

A identificação da diversidade de interesses que permeiam a construção social da idéia de saúde, contemporaneamente, tem como marco o final da década de 60, quando a intrínseca relação entre saúde e justificação do poder é retomada e reelaborada no campo teórico, desvelando os pressupostos dos modelos históricos explicativos, produzindo uma crítica a concepção hegemônica de então, por seu caráter biologicista e mecanicista, e questionando a limitada possibilidade de intervenção. Tal compreensão permitiu à sociedade civil buscar, inicialmente, canais de intermediação com o Estado, no sentido de concorrer com outros interesses na formulação de políticas sociais e na defesa de uma qualidade de vida.

O entendimento de saúde-doença enquanto processo tem nos permitido ir além de um ideal abstrato. Os pressupostos explicativos baseados na idéia de coletivo, que guiaram uma análise conjuntural orientada por leis gerais, se constituíram em um importante movimento no sentido de perceber a construção histórica e, portanto, social acerca do tema. Entretanto, em consequência deste movimento, as reflexões se estenderam e têm produzido, mais recentemente, a inclusão do singular, enquanto categoria presente no processo, trazendo à tona um espectro de pluralidade através de diferentes experiências relacionadas a um macrossocial, mas também oriundas de processos localizados em contextos específicos e com sujeitos particulares. Isto tem nos permitido reelaborar uma compreensão do que Breilh (1991, p. 198) define como *"uma expressão particular do processo de vida social"*.

No Brasil, como consequência à crítica da concepção biologicista, a VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em março de 1986, já significou o amadurecimento de uma articulação da sociedade civil, inaugurando uma concepção ampliada de saúde, através da participação efetiva dos usuários em instâncias decisórias do setor. A realização e indicações da conferência são resultados de um processo de transição (ou distensão) política e da capacidade de pressão dos

movimentos sociais. Neste processo, vários projetos, partindo da nova compreensão da realidade, buscaram desenvolver sistemas locais de saúde, utilizando as referências apontadas por um entendimento de saúde, enquanto resultado da forma de organização da produção e da sociedade.

No Rio Grande do Sul, várias experiências ocorreram. Tenente Portela, Braga, Aratiba, Ronda Alta e outras representaram possibilidades de novas formas de trabalhar em saúde, vinculando este campo às condições de vida, de produção, trabalho, educação, lazer e direito a livre organização.

A vinculação pessoal e profissional ao projeto de Ronda Alta deve ser considerada como uma justificativa inicial para o interesse nesta discussão. A experiência oriunda deste período acaba por produzir a necessidade de aprofundar o conhecimento de forma teórica e prática, não apenas sobre os sujeitos sociais envolvidos nestes projetos, como também sobre as construções teóricas e metodológicas que permearam e desenharam tal condição, assim como sua evolução histórica e seu atual substrato.

Assim, considerando-se os movimentos sociais como possíveis diferenciadores deste processo, elegeu-se a experiência das Organizações Não Governamentais (ONGs), especialmente aquelas com atuação vinculada aos movimentos sociais, que durante as últimas décadas têm se afirmado como elemento de fundamental importância à sociedade civil organizada, sofrendo reestruturações contínuas, no sentido de acompanhar os novos paradigmas sociais.

Esta dissertação trata da experiência do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor - CAPA, uma ONG com atuação na Região Sul do Rio Grande do Sul. A questão central norteadora do projeto e de sua realização foi buscar desvelar, ou evidenciar, com que conceito de cidadania esta entidade trabalha, ao desenvolver suas propostas na área de educação e saúde.

Para mim especialmente significou um repensar sobre a complexidade inerente ao campo da saúde e suas inúmeras e enriquecedoras relações com a educação, o que parece contribuir para um entendimento mais concreto do sujeito e pode favorecer uma prática capaz de expressar uma idéia de saúde e de cidadania, enquanto possibilidade de interação, guiada por uma racionalidade plural e pelo reconhecimento da multiplicidade de fatores e elementos.

Esta imbricada relação, que tem como pano de fundo a sociedade e a vida social, nos remete a um texto de Saupe (1992, p.13), sobre a formação do enfermeiro cidadão crítico, no qual a autora destaca que *"as bases da formação do enfermeiro são as políticas de saúde e a realidade social"*.

Entretanto o que observamos no cotidiano profissional, seja na assistência ou na educação de enfermagem são estas bases assumindo um papel tênue de guia dos discursos e menos freqüentemente do fazer dos enfermeiros, o que constantemente implica questionamentos e dúvidas, já que o mundo e suas relações parecem surpreender a cada momento uma prática que quer encontrar no biológico, no técnico, uma segurança, mesmo que frágil e instável. Vale ressaltar que esta crítica hoje permeia inúmeros trabalhos acadêmicos, nos quais pode-se identificar uma tendência a construir referenciais embasados na subjetividade, como alternativa a um modelo historicamente vinculado ao objetivo. Entretanto esta tendência ainda se encontra restrita ao mundo acadêmico e neste campo tem se constituído em um movimento de antítese, tensionando de forma estratégica uma área de conhecimento e ação.

De outro lado, a realidade do processo saúde-doença, como "expressão singular da vida social", se apresenta em cada momento particular nos oferecendo subsídios para uma reflexão urgente e inerente a um compromisso da enfermagem com a vida - uma possível síntese. Uma vida feita de estrutura social, de agente

etiológico, de satisfação, de técnica asséptica, de indefinição, de conflito, de relações, nos quais o conceito de cidadania parece se constituir em um espaço para onde convergem elementos fundamentais de um indivíduo concreto - ser e sujeito. Esse entendimento, apesar de sua extensão, permite espaços para a especificidade, porque é no micro espaço, no dia-a-dia que é construído e desconstruído.

Assim no sentido de enriquecer este espaço de discussão, através do estudo e discussão de uma realidade particular, pretendeu-se saber: qual o conceito de cidadania construído pelos eixos teóricos-metodológicos do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor - Região Sul, nas suas propostas de educação e saúde? Que conceito de cidadania é substrato desta prática social?

Sua construção teórica parte de uma necessidade vinculada à prática pessoal/profissional e do entendimento de que este recorte da realidade proposto se realiza enquanto uma leitura particular - porque própria, mas também contém e representa uma totalidade. Os fios teóricos desta construção, oriundos de um entendimento de Sociedade e Estado, como subsidiários de políticas sociais, se sustenta em um referencial dialético, utilizando autores que apresentam distintos elementos constitutivos desse campo.

Para analisar as concepções de movimentos sociais e educação e saúde, entender os seus modelos teóricos e suas contradições, parte-se para a construção de algumas categorias balizadoras, utilizando de pano de fundo a sociedade, como cotidiano histórico. As ONGs, como espaço e foco de análise, são estudadas, considerando seu fortalecimento na década de 70, suas transformações a partir de então e suas perspectivas atuais, buscando relacionar estes dados com a questão específica da educação e saúde.

Este parece ser um momento importante para esta análise, considerando que estamos atravessando um período em que se busca avaliar as diferentes propostas que constituem este campo, a partir de necessidades intrínsecas a cada projeto, como também a partir de tendências mais amplas deste cenário. Neste sentido, várias tipologias têm sido construídas, buscando sistematizar as análises e identificações realizadas. Exemplo disso, são os trabalhos de Doimo (1994) e Sherer-Warren (1987, 1993a, 1993b, 1995), os quais servirão de referência para a construção de categorias analíticas, conforme proposta metodológica.

Durante as últimas duas décadas, conforme Doimo (1994), as ONGs apresentaram diferentes perfis relacionados a distintas concepções de sociedade e Estado. De uma concepção de negação à institucionalidade política característica do período 1975-1986, evolui, tornando-se mais pública, inicialmente através de uma relação mais explícita com os movimentos sociais e paulatinamente com o Estado. Neste processo incorpora uma seletividade de interações, redesenhando possibilidades de articulações plurais.

Essa evolução resultante da interação de diferentes sujeitos sociais também pode ser analisada a partir do que Sherer-Warren (1995) identifica como as tendências "político-normativas" das organizações financiadoras, chamadas pela autora de "agências do Norte", que abarcam vertentes assistencialistas, desenvolvimentistas, democratizantes e neoliberais e que se relacionam com as ONGs do Sul, mais especificamente as latino-americanas, as quais são identificadas como: neomarxistas; neo-anarquistas; articulistas e a teologia da libertação.

Utilizando-se esse referencial pretendeu-se identificar em que estágio está inscrita a experiência do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor - CAPA. O CAPA é uma entidade ligada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

- IECLB, desenvolvendo, atualmente no Estado três projetos: em São Lourenço do Sul, Erexim e Santa Cruz do Sul.

O foco do estudo em questão utiliza a experiência do CAPA- Região Sul - São Lourenço do Sul, que nos últimos quinze anos vem trabalhando junto a pequenos agricultores, meeiros e sem-terra.

Em sua elaboração, o estudo pretende apresentar um canal de comunicação que possibilite uma aproximação entre universidade e realidade, através de uma investigação crítica que permita não só a sistematização de uma experiência, mas que, ao trazê-la para a universidade, propicie novas leituras e novas aproximações.

A interpretação produzida, neste tempo e neste espaço, traz consigo os limites de quem a produziu, sua percepção de mundo e representa um circunscrito olhar “sobre/in” uma temática extremamente ampla, complexa, em que várias dimensões devem ser exploradas e aprofundadas. Assim o objetivo geral deste estudo é analisar os eixos teórico-metodológicos das propostas de educação e saúde do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, para identificar o conceito de cidadania construído em seu processo de desenvolvimento histórico. O objetivo geral pode ser desdobrado no sentido de conhecer o processo de desenvolvimento histórico do CAPA, situando sua vinculação teórico-metodológica com as tendências apontadas em nível nacional; identificar as propostas de educação e saúde presentes no projeto do CAPA; e identificar o conceito de cidadania oriundo do processo de educação e saúde desenvolvido.

Pretendendo uma adequação ao referencial teórico buscou-se uma sustentação metodológica na hermenêutica-dialética, que ao reunir compreensão e crítica permite um olhar sobre a realidade, abarcando vários matizes, também parecendo se adequar ao contexto histórico e social em que vivemos, definindo

em larga escala o modo atuante deste pequeno recorte da realidade social - o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA).

Na construção metodológica instrumental, utiliza-se o referencial de Habermas - hermenêutica-dialética, somado às contribuições de Minayo, buscando recursos técnicos para a operacionalização deste "caminho do pensamento".

Neste sentido vale ressaltar que, na busca de se apreender esta realidade, através de uma metodologia tão abrangente, a integração entre sujeito e objeto acabou por constituir uma relação próxima e recíproca, produzindo na trajetória do estudo algumas propostas de trabalho pensadas e operacionalizadas em conjunto, definindo assim uma identidade vinculada ao conhecimento e ao interesse que motivam os sujeitos. Se isso contribuiu em muito para uma compreensão, já que a reflexão se dá na "relação entre", também se configurou como uma grande dificuldade, já que o distanciamento em alguns momentos pode propiciar o estranhamento e a crítica.

Entretanto essa concepção metodológica, apesar de produzir inúmeras inseguranças e possivelmente também ter sido responsável pelas constantes quebras de cronograma, significou uma experiência oscilante (no sentido de movimento) e rica em possibilidades - um desafio.

O contexto condicionador deste estudo promoveu uma compreensão e uma interpretação apresentada em capítulos, assim organizados:

Inicialmente as articulações teóricas sobre o tema apresentam o referencial teórico utilizado para caracterizar o imbricado campo de relações sociais em que o tema norteador se inscreve. Pretende-se oferecer os elementos fundamentais à contextualização, indicando suas matrizes teóricas fundamentais.

Na seqüência, descreve-se um caminho do pensamento e da ação, em que se apresenta a forma de abordagem e o método utilizado na aproximação à realidade estudada, assim como indica-se uma discussão acerca da relação entre hermenêutica e dialética, como balizadores do horizonte metodológico.

Apresenta-se, então, a cidadania como uma possibilidade construída, situando o trabalho do CAPA no contexto histórico dos movimentos sociais, especialmente no campo de atuação das ONGs; salientando a trajetória das ações em educação e saúde no CAPA, que tem sua origem na dinâmica cotidiana da vida e que, ao serem incorporadas ao projeto, sofrem seus efeitos (na relação com os movimentos sociais) e, integrando-o, subsidia novos perfis; e a cidadania enquanto um conceito construído / em construção no campo da educação e saúde.

Finalmente chegamos às considerações finais, retomando os elementos que se destacaram ao longo do estudo, momento em que se busca articular e rearticular novas discussões, perpassando um processo mediado pela informação como substrato de ação, que permite a materialização do conceito de pretender ser e tornar-se cidadão, e que consiste em vivenciar um processo educativo.

Em síntese, o que procuramos é propor uma discussão acerca de uma prática que pressupõe um pensamento crítico e que tensione uma autonomia, se constituindo assim em um pensamento impulsionador de um fazer-pensar, às vezes contraditório, mas também ordenado no sentido de possibilitar uma ação pedagógica em saúde, uma expressão particular satisfeita da vida social.

ARTICULAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O TEMA: movimentos sociais, ONGs e cidadania

Este capítulo apresenta os conceitos imbricados e relacionados ao contexto em estudo. A partir de uma concepção crítica do processo saúde-doença, se apresentam como conceitos orientadores os Movimentos Sociais; as Organizações Não Governamentais; e a Cidadania como possibilidade construída no campo da educação e saúde.

A concepção de saúde que, conforme Berlinguer (1983), inicialmente se dá no plano mítico, ao longo do tempo vai incorporando novos elementos, decorrentes de movimentos opostos, observáveis em cada momento histórico, modificando os referenciais orientadores desta relação. A busca da estabilidade dos modelos sociais e os conflitos gerados por estes, redimensionaram o campo da saúde e propiciaram o desvelamento de interesses e contradições que permeiam os espaços das políticas sociais. Essa compreensão, ao mesmo tempo que nos indica os limites desta área, imprime aos sujeitos sociais um papel fundamental na efetivação do interesse coletivo.

No sentido de propiciar um reconhecimento das distintas visões presentes neste espaço de discussão, apresenta-se a seguir as principais correntes que buscam explicitar um modelo interpretativo de saúde e doença.

Garcia (1983), ao sistematizar as correntes do pensamento no campo da saúde, apresenta duas grandes matrizes: o idealismo e o materialismo, ou seja, consciência e natureza em uma relação de oposição e dualidade.

Entre as correntes idealistas, elementos sensoriais, lógicos e irracionais da consciência e do conhecimento determinam a vida e a organização social. Idéias formadas a partir da memória e da imaginação, o existir no mundo a partir da percepção caracterizam o idealismo subjetivo, original em Berkeley, e que se vincula ao positivismo e ao existencialismo, entre outros. *"A saúde como projeto existencial consiste ... em existir saudavelmente, em embarcar-se em um projeto saudável, em manter uma relação sadia consigo mesmo, com o mundo e com os outros"* (Vasconi, 1994, p.4).

Conforme Trivinos (1990), a concepção centrada na consciência individual é questionada pelos idealistas objetivos que defendem a existência de uma consciência suprema, absoluta e que tem como representantes Schelling e Hegel. Já para Garcia (1983), em Kant experiência e pensamento são fontes de conhecimento, existindo na mente de antemão elementos que os captam, assim a prática em saúde seria guiada pela realidade do indivíduo, alvo da ação através de sua condição pessoal.

Esta matriz interpretativa, segundo Minayo (1993), traz uma associação do funcionalismo ao campo da saúde, imprimindo um modelo analítico e operacional muito presente. Exemplo disso é a influência de Talcott Parsons, que, ao aplicar o modelo teórico sistêmico à saúde, define doença como perturbação do funcionamento normal, ou seja, no conjunto do sistema biológico do indivíduo, considerando sua adequação pessoal e social. Essa interpretação de equilíbrio/desequilíbrio, apesar de referir uma dimensão também social, limita-se na pretensão do atemporal e acaba, segundo a autora, por desconsiderar o social e a sociedade e por vincular-se estritamente à regulação de "leis naturais".

Opondo-se a esse referencial, a corrente materialista defende que a consciência é uma propriedade da matéria e os fenômenos se desenvolvem em

continua mudança (Garcia, 1983). O materialismo aproxima a saúde à estrutura de poder, de dominação e de organização social, explora a estreita imbricação entre sociedade, história e saúde (Minayo, 1993).

Neste contexto, a saúde, como representação do corpo saudável (aqui entendida, como corpo biológico, social e individual), nos remete para o contexto deste corpo e também para cada um dos segmentos que influem e são influenciados por este vasto campo de determinações.

Foucault (1993, p.80), em *O nascimento da medicina social*, faz uma reflexão no sentido de demonstrar que com o surgimento do capitalismo, no final do século XVIII, o corpo (força de produção e de trabalho) passou para o controle da sociedade. Esse entendimento de corpo bio-político e sua utilização não só favoreceu as relações de mercado, como contribuiu para a construção de uma idéia ou concepção de sociedade. Segundo o autor, *"foi no biológico, no somático, no corporal que antes de tudo, investiu a sociedade capitalista"*.

A relação entre um saber específico e a totalidade social, ou seja, as forças produtivas, as relações de produção e a própria superestrutura, compõe fatores indispensáveis para o estudo e análise da saúde. Conforme (Garcia, 1983), esses fatores condicionam a vida e os aspectos inerentes a ela. Da mesma forma Valla (1992, p.33) afirma que *"entender o processo saúde-doença como resultante das condições de vida e de trabalho significa buscar formas de perceber como ele se revela na coletividade"*.

A adesão ao enfoque materialista tem sido responsável por um crescente número de estudos na área de saúde, entre eles o artigo de Laurell (1983) sobre saúde-doença como um processo social, no qual a autora, através de uma análise histórica e crítica demonstra o caráter histórico e social da doença na coletividade, ou seja, as distintas características que esse processo apresenta em

diferentes momentos históricos e em diferentes sociedades e nos diferentes grupos sociais que as constituem.

As escolas de pensamento no campo da saúde têm produzido, ao longo da história, diversos modelos assistenciais e no momento presenciamos o que Garcia (1983) descreve como uma acirrada luta entre as matrizes teóricas e ao mesmo tempo a articulação de pequenos espaços formulados a partir de distintas concepções. Essa condição, ao mesmo tempo, colabora para contínuas leituras do tema e também permite que se observe a constituição de espaços ancorados em uma idéia de ecletismo.

Tornar-se-ia possível então reconsiderar, entre tantos espaços decorrentes de distintos encontros teóricos e metodológicos, a afirmação de Breilh (1991, p. 198), quando este diz que *"o processo saúde-doença se constitui em uma expressão particular do processo geral da vida social"*. Analisando essa perspectiva, ainda que incipiente, é possível identificar uma aproximação entre o coletivo e o individual, colocando-os em uma relação de complementaridade. É possível também uma leitura que reúna elementos oriundos do materialismo, história, sociedade e cultura, e do idealismo, indivíduo, mundo vivido, interação, subjetividade...

Essa diversidade torna mais concreta a concepção acerca do processo saúde-doença à medida que compreende a organização social enquanto um macroalinhamento que se desvela e se compõe também na expressão particular. Neste enfoque cabe retomar os diferentes agentes que têm influenciado nas concepções de saúde e, em especial, a sociedade civil, que através de distintas concepções e práticas tem distendido os pressupostos e as ações neste espaço. Entendimento que nos remete a uma configuração mais precisa do campo, objeto e objetivos do presente trabalho, tornando-se indispensável a apresentação dos

elementos sociais vinculados ao tema, a partir das Organizações Não Governamentais (ONGs) no Brasil, suas relações com os movimentos sociais e o Estado.

Esses elementos não só localizam o espaço do estudo como também participam do substrato, aí incluindo-se a discussão sobre educação e saúde, oriunda da compreensão já mencionada, salientando as diferentes propostas e suas utilizações na construção de um conceito de cidadania.

Assim, para introduzir uma discussão sobre ONGs, é importante ressaltar sua recente história e sua crescente participação no cenário público nacional, em um primeiro momento a partir da implantação dos modelos ditatoriais na América Latina e mais recentemente, conforme Costa (1994) em decorrência da redescoberta da Sociedade Civil, a partir da crise do socialismo real, da insolvência do Estado Keynesiano e das dificuldades do Estado de bem estar.

Segundo Scherer-Warren (1993a), esse terceiro setor, identificado com a Sociedade Civil Organizada, apresenta uma capacidade virtual e peculiar de transformação, distinta do Estado e do Mercado, constituindo-se, sob uma ótica de historicidade, como grupos em diferentes níveis de organização formal, vinculados a objetivos de transformação de elementos constitutivos da realidade social. As ONGs identificadas com os movimentos sociais atuam em questões vinculadas à pobreza, discriminação, violência (ambiental e humana), buscando através da solidificação de uma sociedade atuante e participativa a construção da cidadania.

A mesma autora reforça como importante, para a identificação do papel das ONGs, considerando as transformações do cotidiano e da globalidade, avaliar as relações dessas entidades com outros setores organizados: como as agências financiadoras, o Estado, movimentos populares e outros movimentos, chamando

atenção para a necessidade de, num primeiro momento, identificar-se a posição desse setor no conjunto dos movimentos sociais.

Neste sentido apresentam-se a seguir algumas contribuições teóricas sobre *movimentos sociais*, no sentido de apontar a diversidade de concepções, resultantes de um processo contínuo, no qual novos olhares e novas perspectivas constroem óticas específicas, às vezes em articulação, às vezes síntese, outras contraposição.

Pedro Demo, em seu trabalho sobre *Pobreza Política*, defende a possibilidade de um mundo da qualidade, mediado através da participação, o que imprime à sociedade civil o papel de autoorganizar-se e, desse modo, intervir definitivamente sobre o Estado. "*No espaço político está a qualidade de nossa história, o que significa, ademais, que qualidade só pode ser uma conquista humana*" (Demo, 1994, p. 35).

Pasquino apud Bobbio, Matteucci e Pasquino (1995) ao buscar definir movimento social, apresenta algumas discussões sobre o tema entre os autores clássicos. Entre eles autores como Marx, Weber e Durkheim que relacionam os movimentos sociais a uma ação social capaz de produzir ou participar de um processo no qual ocorram transições na forma de organização social. Estas podem estabelecer relações mais solidárias, estruturação de um modelo legal-burocrático ou ainda transformações mais radicais. O autor identifica como elementos importantes a ocorrência de tensões sociais e a existência de ações induzidas por um comportamento coletivo. As divergências entre as correntes teóricas acerca do tema parece se dar quanto a importância atribuída aos componentes psicológicos X sociológicos; microssociais X macrossociais; e papel dos sujeitos X dinâmica da organização social.

Em um movimento de oposição, os movimentos sociais se relacionam com o Estado enquanto instituição representativa de interesses vinculados ao grupo de sua sustentação. Conforme Kantorski (1994), a idéia de Estado como legitimador de dada estrutura social e consciência humana tem sua origem nos estudos de Marx e Engels. E em Gramsci é possível identificar uma idéia de Estado ampliado, no qual sociedade política e sociedade civil interagem entre si.

No campo distinto do Estado, pode-se identificar dois grandes grupos de interesse, ou seja, a sociedade civil se relaciona com o poder coercitivo e regulador do Estado, através do econômico ou da opinião pública. No Brasil, o grupo de pressão econômica já se fundiu ao Estado, maximizando suas funções de intermediador de interesses dos grupos sociais que concentram o poder econômico(Costa, 1994).

Entretanto o grupo de pressão através da opinião pública, identificado como movimento social, é o elemento intermediador de interesses coletivos que, conforme Demo(1988), a partir de sua qualidade histórica e de forma consciente, elabora formas de desvelar interesses encobertos e intervir concretamente nos processos de dominação, opondo-se a valores difundidos e normas incorporadas pelo conjunto da sociedade.

Calderon e Jelin(1987) enfocam as características de "temporalidade", "continuidade histórica", "vivência cotidiana", "crises" e "conflitos", afirmando que é no espaço do conflito que os movimentos sociais se expõem com precisão, se explicam e se esclarecem, produzindo e reproduzindo relações, sujeitos e saberes - elementos do cotidiano e de novas determinações.

A introdução do termo "movimentos sociais" foi feita por Lorenz Von Stein, na sociologia, em 1840, indicando a necessidade de estudos nesta área. Desde então vários estudiosos se dedicaram ao tema. Scherer-Warren(1987)

desenvolve um estudo destes movimentos, a partir das cooperações oriundas da sociologia, buscando respostas para a sociedade, enquanto produção autodeterminada, através dos movimentos sociais e objetivando a obtenção de "liberdades sociais". Uma primeira referência deve partir dos trabalhos de Marx, já que esse autor desenvolveu vários aspectos relacionados ao tema e, dessa forma, é referendado em inúmeros trabalhos posteriores. Assim, considerando os movimentos sociais como ação coletiva, visando a transformação, a contribuição de Marx se dá quando ele introduz, no campo teórico, a necessidade de ações práticas, identificadas com a teoria, buscando a modificação da realidade, através da práxis. Outros autores, considerados como clássicos do marxismo, contribuíram neste campo, valendo ressaltar as contribuições de Gramsci que imprime à ação política características que a localizam além do campo econômico e no caminho da edificação de uma "hegemonia política e cultural".

A autora também comenta que a continuidade dos estudos dos movimentos sociais precisa ser avaliada considerando as contribuições dos teóricos contemporâneos. As relações que esses estudiosos estabelecem com o tema se dá através da análise da relação com o bloco de poder e a importância das articulações, para Laclau; o conflito como elemento da construção do social, para Dahredorf; ação coletiva, como autoprodução da sociedade, para Touraine; as revoluções moleculares, para Guattari; os movimentos desalienantes e a construção da autonomia, para Castoriades; e a reflexão teológica, para Gutierrez.

Touraine confirma o foco de análise nos movimentos sociais definindo a sociedade como: *"um campo cultural dilacerado pelo conflito daqueles que se apropriam da historicidade contra aqueles que se submetem à sua dominação e lutam por uma reapropriação coletiva desta historicidade, da produção da sociedade por ela mesma"* (Touraine apud Scherer-Warren, 1987, p.92). Ainda,

a partir de Touraine, a autora comenta outras especificidades dos movimentos sociais na atualidade, considerando a crescente democratização de suas relações internas e externas, com vistas à "autogestão da coletividade", indo além da busca da utopia futura e buscando conquistas no dia-a-dia.

Os movimentos sociais se diferenciam em seus focos, podendo ser considerados como "clássicos", quando relacionado a questão operária e camponesa, e "novos movimentos", quando vinculados a questões de discriminação - gênero e raça - e direitos humanos (Calderón e Jelin, 1987).

Com o surgimento dos novos movimentos, surgem os novos teóricos, como por exemplo, Felix Guattari, que, ao estudar a construção de modelos autoritários, através do cotidiano, acaba por indicar a necessidade de revoluções moleculares, já que os movimentos tradicionais têm se mostrado inoperantes para estabelecer uma nova ordem.

O processo denominado de micropolítica, de caráter totalitário, produziu na história da humanidade vários personagens cerceadores dos desejos dos indivíduos em todos os aspectos. Esse processo está presente no dia-a-dia, através do institucional, em escolas, sindicatos, partidos, família... (Scherer-Warren, 1987).

Do que se fala é dessa subjetividade "produzida, modelada e consumida", não somente pela tradição da superestrutura mas como a substância com a qual se produz a evolução das forças produtivas. Tal processo induz nos indivíduos *"sua maneira de perceber o mundo, de se articular com o tecido urbano, com os processos maquímicos do trabalho, com a ordem social, suporte dessas forças produtivas"* (Guattari & Rolnik, 1986, p. 26).

Dessa forma, os autores defendem a intrínseca relação entre produção de subjetividade e mudanças sociais, ou macrossociais. Sem prescrever uma cartografia para tal construção, defendem que: "*...a representação teórica e ideológica é inseparável de uma práxis social, inseparável das condições desta práxis: é algo que se busca no próprio movimento, incluindo-se nesse movimento os recuos, as reapreciações e as reorganizações das referências que forem necessárias*" (Guattari & Rolnik, 1986, p.26-27).

E é na crise de paradigmas conceituais do contemporâneo que Castoriades, partindo da condição humana como criação histórica, e utilizando a categoria de significações imaginárias, opõe-se ao pré-determinismo e aproxima o homem de sua realidade e de sua construção. O coletivo capaz de conferir significado, ou seja o imaginário radical, constrói a história e o tempo. E no espaço do *político* (controle), tem-se o poder explícito; e na inserção da *política*, a possibilidade de autonomia. Assim, "*a política deve se fazer subjetividade do social, instância auto-reflexiva e auto-controladora do processo de produção de novas significações*" (Torres, 1992, p. 55-63).

Defendendo a elucidação e transformação do real como progressão articulada Castoriades apresenta um projeto de transformação da sociedade a partir da conquista da autonomia, no plano individual e coletivo (Scherer-Warren, 1987). O autor indica que a dualidade do processo histórico em andamento, no qual a busca da autonomia e do espaço do individual se possa fazer, já constituem a forma e conteúdo do momento vivido. Ressaltando ainda a importância de alguns setores dos movimentos: "*revoluções democráticas, lutas operárias, movimentos de mulheres, de jovens, de minorias culturais, étnicas, regionais - tudo isto é testemunha da emergência e da vida continuadas deste projeto de autonomia -*" (Castoriades, 1983, p. 289).

As linhas teóricas dos intelectuais, quando analisadas sob a perspectiva histórica e aproximadas à realidade da América Latina, identificam um movimento que já se apresentou populista, que se solidificou em uma posição antagônica ao Estado, que incorporou características democráticas à sociedade e que hoje "re-vê" caminhos, no sentido de acompanhar as necessidades e ansiedades do homem moderno.

Não obstante, no campo social, o Estado também parece estar sendo substituído pela sociedade civil, indicando uma contradição clara à medida que, mesmo diante de uma rede social forte e articulada, parece ser necessária a existência de um espaço institucional, para onde os elementos intermediadores de interesses dirijam suas ações, conforme Costa (1994).

Dessa ótica e nessa busca é necessário reconhecer a multiplicidade de interesses, sujeitos e contradições que percorrem esse campo, características estas que ao mesmo tempo condicionam e encaminham a construção de um perfil dos movimentos sociais. Por outro lado, diante das crescentes e novas demandas do setor, vale ressaltar a preocupação de Buarque (1992) que, ao analisar as perspectivas de desenvolvimento no Brasil, aponta as amarras de parcelas dos movimentos sociais e, defendendo a possibilidade de uma *modernidade ética*, destaca a *legitimidade* e a *liberdade lógica* que as Organizações Não Governamentais possuem.

A propósito as *Organizações Não Governamentais (ONGs)* no Brasil surgem diante das críticas às propostas desenvolvimentistas, constituindo-se em alternativas ao Estado em relação a utilização de recursos externos, oriundos de entidades privadas de desenvolvimento. Logo as ONGs passam a organizar-se no sentido de desenvolver assessoria e apoio a entidades da sociedade civil (Doimo, 1994).

A expressão "ONG" foi instituída pela ONU (Organização das Nações Unidas), na década de 40, nomeando entidades não oficiais que, através de financiamento externo, desenvolvem projetos de alcance comunitário. No Brasil, em um levantamento realizado recentemente identifica-se a existência de mais de cinco mil ONGs (Bernardes & Nanne, 1994).

A partir dessa nomeação, é possível identificar uma das contradições que permeiam esse espaço da sociedade civil à medida que a própria ONU nomeia as ONGs, o que imprime a esta relação centro/periferia entre os países um duplo caráter, às vezes de solidariedade mas também de uma relação de dependência. Somando-se a uma análise de financiadores das chamadas ONGs do Sul e da crescente aceitação, inclusive por parte do Banco Mundial, desse segmento da sociedade civil, percebe-se a contradição, podendo constituir-se, inclusive, em um braço das políticas neoliberais, através de projetos de caráter desenvolvimentista. Esse aspecto será abordado futuramente, quando se apresentar a relação entre ONGs do Sul e do Norte.

Muito se tem discutido sobre a definição de ONG, entretanto na América Latina essas organizações, oriundas de centros populares, se definem a partir de uma historicidade e por estímulo das ONGs do Norte, que buscavam intermediadores nos países pobres, para desenvolver projetos assistenciais ou de desenvolvimento. As entidades em funcionamento na América Latina têm se dedicado a questões relacionadas à cidadania, projetos ambientais, assistência e desenvolvimento (Scherer-Warren, 1995).

As ONGs podem ser definidas como "*...Organizações formais, privadas porém com fins públicos, sem fins lucrativos, autogovernadas e com a participação de partes de seus membros como voluntários, objetivando realizar mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de*

serviços e apoio material e logístico para populações alvo específicas ou para segmentos da sociedade civil, tendo em vista expandir o poder de participação destas com o objetivo último de desencadear transformações sociais ao nível micro (do cotidiano e/ou local) ou ao nível macro (sistêmico e/ou global)" (Scherer-Warren, 1993a, p. 3).

O trabalho de Doimo, utilizado como referência para a discussão das ONGs, enfoca o período "movimentalista" de 1975-85, no qual as ONGs se caracterizavam por uma negação à "institucionalidade política"; uma análise das "condutas de transição", na qual se identifica um "perfil integrativo", com iniciativas "conselhistas", tendo como objetivo democratizar o "sistema de decisão" e participando na "proposição de políticas públicas". A partir desses referenciais a autora busca apontar perspectivas para a atuação das ONGs "no âmbito dos novos requisitos conjunturais" (Doimo, 1994, p. 6).

Para identificar o perfil correspondente as duas fases distintas no âmbito nacional, a partir dos anos 70, para as ONGs, é necessário compor um quadro de manifestações afinadas, buscando compreender a tendência destas entidades. A primeira fase, correspondente ao período 1975-85, caracteriza-se por uma oposição ao autoritarismo e também por um dismantelamento dos espaços democráticos. Isso, entretanto, se constituiu nos fatores de estímulo ao surgimento das ONGs, estruturadas para desenvolver assessoria, trabalhos de educação popular e organização popular (ibidem). Contrárias às tendências de planejamento e desenvolvimento, as ONGs se aproximam das críticas formuladas à ação Cepalina e à Aliança para o Progresso.

A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), após introduzir os conceitos de planejamento para o desenvolvimento econômico na década de 50, revê seu discurso diante de um quadro de imensas desigualdades sociais e

crescente dependência externa e introduz, na década de 60, em conjunto com a administração Kennedy, via Aliança para o Progresso, os elementos planificadores de desenvolvimento integrado que apresentavam como foco a modernização agrícola, o investimento em mão-de-obra e defendia a serenidade social, o que em países como o Brasil acabou por estimular as tendências golpistas. E nesse quadro, além de constituir-se em resposta aos objetivos externos, no sentido de criar espaços de sustentação à exportação direta de capital, mostrou-se insuficiente para impedir a corrente crise fiscal (Rivera, 1989).

Neste período, a vertente histórico estrutural do marxismo estimula estudos centrados no desenvolvimento e na dependência, e a corrente funcionalista estuda a modernização. A realidade macroestrutural precisa de um sujeito histórico para produzir a transformação estrutural através da luta de classes (Sherer-Warren, 1993a).

Atuando através da educação popular, oriunda dos trabalhos de Paulo Freire, e sustentada pelo viés da organização e conscientização do ato de alfabetizar, e também pelo referencial da pesquisa participante, as ONGs passam a ser estimuladas e realimentadas, constituindo-se na estratégia fundamental do campo popular, com a participação da igreja e setores progressistas (político e cultural). As reformulações da igreja passam a estimular a autonomia de alguns de seus projetos, mesmo que ainda localizados territorialmente e tematicamente próximos a entidades financiadoras como a Misereou, Adueniat, Eze, Pão para o Mundo e Cristian Aid, que se encarregam dos financiamentos desses projetos (Doimo, 1994).

O foco de ação, nesta fase, se apóia em palavras como político-transformador ao invés de assistência; sujeito, no lugar de assistido; direito e

participação." *São novas representações sócio-culturais que se colocam no cenário político, reivindicando a condição de sujeitos para tais segmentos*" (Doimo, 1994, p. 11-12).

A busca da cidadania para os excluídos passa a ser o projeto central destas ações, utilizando como principal estratégia o reconhecimento da situação de excluído e a busca da dignidade através da coletivização, da crítica ao modelo corrente de organização.

Assim como para a sociedade e para o Estado havia inexistência de relações democráticas, para a igreja havia as recomendações do Concílio Vaticano II e para a esquerda o exílio como espaço de contatos com entidades internacionais e com o movimento revisionista marxista, produzindo uma crítica profunda a qualquer forma de totalitarismo. Os referenciais teóricos utilizados neste período são decorrentes da crise do marxismo, de releituras de Gramsci, centrando atenção na questão da cultura popular e hegemonia; em releituras do clientelismo e populismo, reelaborando a importância do senso comum; na filosofia da práxis como motivação à pedagogia do oprimido entre outros (Doimo, 1994).

A autora comenta que se investe em assessoria e qualificação de quadros os quais passam a compor, em geral, o movimento de oposição sindical que, a partir de 1980, sofre uma diluição, quando essa oposição passa a assumir a direção política de várias entidades. Entre as ONGs, ocorre um investimento efetivo em projetos direcionados à organização de bairros.

Sob influência de teóricos como Touraine, Castells e Laclau a preocupação com o micro começa a compor um novo perfil, no qual a hegemonia não exclui articulações não classistas. Na América Latina categorias como povo e nação parecem incorporar essas tendências. O econômico, enquanto determinante, vai

sendo substituído por um conjunto de fatores, incluindo conhecimento e questões culturais (Scherer-Warren, 1993a).

Neste quadro há o surgimento das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), mediadas pela Teologia da Libertação e indicadas pelas conferências episcopais de Medellín(1968), Puebla (1979) e CNBB (1982), buscando disputar espaços, dentro e fora da igreja, para um proposta de ação mais secularizada (Baldissera, 1987).

Para Doimo (1994), os anos 80 marcam a abertura política e nesta condição a igreja passa a discutir seu papel neste cenário e muda sua postura de investimento em um campo considerado "pouco sagrado e muito secular". Mas, em nível internacional, continua subsidiando propostas no campo organizacional, passando inclusive a financiar inúmeros estudos e documentos a respeito da educação popular. Em um levantamento realizado no CPV (Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro) com documentação produzida entre 1974 e 1991, os temas mais freqüentes são: moradia, custo de vida, transporte coletivo, saúde e desemprego, indicando a dupla face dos movimentos, já que a rejeição ao Estado e à institucionalidade é acompanhada por uma cobrança freqüente a esse Estado, enquanto provedor.

A partir de 1986, esta dualidade se amplia, considerando os resultados das eleições, o avanço de relações democráticas e a própria captação de algumas lideranças pelos fóruns governamentais. Por outro lado, observa-se que, após um crescimento significativo, no início da década de oitenta, os setores populares sofrem as consequências das pressões oriundas da crise econômica e dos avanços dos setores mais conservadores, inclusive entre as igrejas, produzindo algumas lacunas que seriam preenchidas pelas ONGs (Ottmann, 1995). *"São tempos que guardam entre si soluções de continuidade no que se refere a diversos de seus*

atores constitutivos, porém apresentam marcantes rupturas no tocante à percepção do significado da esfera política e ao próprio papel que cumprem para a construção democrática. São momentos de um mesmo processo de interação seletiva entre instituições, formações e tradições, no qual resultou a formação de uma virtuosa ética pública, requisito fundamental da construção democrática" (Doimo, 1994, p. 40).

Segundo Sherer-Warren (1993a), nesse processo o sujeito social substitui a classe, buscando no cotidiano, através da multiplicidade de agentes produzir as mudanças sociais. É uma fase transitória na qual orientações antigas convivem com novas tendências, produzindo práticas coletivas, às vezes, contraditórias. Assim este período, identificado com uma nova composição de forças políticas, levou os movimentos a realizarem uma nova avaliação, o que em se tratando da igreja produziu um refluxo de investimentos e das experiências das CEBs; as próprias ONGs passam a intervir em políticas públicas; os setores progressistas da esfera cultural incorporam o discurso da transição democrática e seus representantes políticos comprometem-se com a gestão pública. Paralelo a isso, as entidades financiadoras passam a priorizar financiamentos para o leste europeu, o que ocasionou uma diminuição de disponibilidade financeira e uma priorização de projetos de sistematização de experiências e de estímulo à intervenção em políticas públicas e mediação com o setor público. As novas palavras chaves são: *cidadania, sociedade civil, integração social, reformas, mediação e parceria.*

Segundo Doimo, as Organizações Não Governamentais, após se caracterizarem por um período, como identificadas com protestos e reivindicações localizados e regionalizados, incorporam gradativamente as feições de entidades mais complexas, de caráter associativo, constituindo e ampliando redes, com o objetivo de solidificar e estender os direitos de cidadania

e de renovar e realimentar a esfera pública."*...construir uma face pública, desenvolver programas de capacitação com a finalidade de se influir nas políticas públicas, conviver com o pluralismo no terreno das idéias, projetos e concepções, afastar quaisquer parâmetros dogmáticos, inaugurar um debate em torno dos sujeitos sociais em sua diversidade, rever, enfim, o paradigma relativo ao trabalho educativo popular - de modo a que se prestem menos serviços e assessoria e se produzam mais conhecimentos qualificados"*(Doimo, 1994, p. 17).

Para Sherer-Warren (1993a) a emergência de novos temas, somada às conseqüências da crise econômica (e suas seqüelas), estimulou por um lado estudos das chamadas "condutas de crise" e também, nas articulações do macro e do micro, a preocupação com tendências articulatórias e seus meios, resgatando um papel privilegiado à sociedade civil.

As mudanças de perfil, ao longo das últimas décadas, entre as ONGs, se deram muito em função da relação de parceria e financiamento com as chamadas ONGs do Norte, ressaltando-se a tendência atual de investimentos em projetos específicos, avaliados através de indicadores quantificáveis e estimulando a eficiência. Essa relação, entretanto, se dá nos dois sentidos, possibilitando fóruns nos quais as organizações do Sul defendem uma autonomia, no sentido de manter e estimular projetos autônomos e identificados com os objetivos de modificação das condições sociais do terceiro mundo (Sherer-Warren, 1995).

A autora comenta que essa relação atravessou várias matrizes discursivas, diferenciadas a partir de sua origem, entidades envolvidas e relação macroestrutural, tendo entre as ONGs do Norte as seguintes intenções:

- assistencialista: oriundas das novas orientações da igreja, especialmente do Concílio Vaticano II e dirigida às populações pobres;

- desenvolvimentista: financiadas por entidades privadas com o objetivo de promover o desenvolvimento através de práticas educacionais e utilização de tecnologia indicada;

- democratizante: através das entidades já mencionadas e setores ligados a social democracia e sindicatos europeus, estimulando projetos caracterizados por direitos de cidadania;

- neoliberal: contando com a participação de entidades governamentais que defendem uma adaptação da estrutura social frente a crise do desenvolvimento.

Entre as ONGs do Sul, são identificadas as seguintes tendências:

- neomarxista: percebe o papel das Organizações Não Governamentais como um educador popular que investe em formação de lideranças políticas, contribuindo para a consciência de classe social. Transformação social, luta de classes e tomada de poder são palavras chaves. Discute-se quem deve ser o articulador central do processo, os movimentos, o partido ou os trabalhadores;

- neo-anarquista: nesta orientação as ONGs participam do campo dos movimentos atuando junto às bases populares, longe da institucionalidade e dirigidas as questões micro estrutural, a partir de um entendimento de sujeito plural que busca superar a alienação. Há um crescente investimento em discussões no campo do feminismo, meio ambiente...;

- teologia da libertação: sob a influência de Gramsci e dos teólogos da libertação. Privilegia-se o saber popular, que deve ser estimulado nos grupos de reflexão, coordenados também pelas ONGs, no sentido de alcançar uma ética cristã através do ver, julgar e agir;

- articulista: as ONGs, como mediadoras autônomas, integram a sociedade civil e combinam influências das matrizes ideológicas já citadas, estimulando a formação de redes diversificadas de interesses e sujeitos, buscando imprimir, na pluralidade, a cidadania .

Essa última tendência se afina com a contemporaneidade, na possibilidade crescente da comunicação, rompendo as fronteiras estabelecidas e, da mesma forma, busca superar dicotomizações, ainda com algumas dificuldades, principalmente em um momento de transição paradigmática e de profunda crise social, decorrente dos grandes avanços tecnológicos obtidos através de um crescente processo de submissão a condições mínimas de sobrevivência de grande parte da população.

Tal tendência aparece entre as ONGs e os movimentos sociais como um todo e parece se coadunar com as novas perspectivas presentes nos "movimentos" revisionistas contemporâneos.

Neste sentido, Genro(1994) vai buscar, ainda na obra de Marx, as vertentes da dialética e do humanismo a fim de elaborar algumas reflexões para uma "utopia modesta", que, segundo o autor, já está presente na atual esfera pública (mesmo que através de incipientes elementos) e que busca concretamente uma nova imagem e ação para o Estado, através de organizações, como por exemplo as ONGs, que, com seu acelerado crescimento, têm criado um novo modo de enfrentamento e disputa. Esta concepção passa por um entendimento do "público" como conjunto de individualidades, constituindo-se em um espaço "crítico", "não-estatal", mas que ao mesmo tempo possa controlar o Estado. *"Aquilo por que, por fim, se vive: a felicidade, a auto-realização ou a humanidade pessoal, resulta apenas do enfrentamento ativo, ou também*

criativo, com as condições que se encontram pela frente" (Genro, 1994, p. 112).

Não obstante, os dias atuais parecem delinear um novo projeto. A sociedade tem incorporado um "modus" de buscar sua auto-organização e assim requerer seus direitos e sua cidadania, partindo da percepção da qualidade de não cidadãos, que o dia-a-dia imputa a cada indivíduo (Gohn, 1992).

A idéia de *cidadania*, que na idade média referia-se a liberdade dos habitantes dos burgos, em oposição a servidão feudal, ao longo da história foi sofrendo modificações e evoluindo fundamentalmente em dois sentidos, o da liberdade individual e da participação nas esferas de decisão política.

Essas vertentes, conforme Spencer (1997), têm sua origem entre os romanos e vincula-se a condição ou "status" de parte da população de exercer o direito de liberdade e influir nas decisões do coletivo. Tal condição de "civitanum" (sujeito de direitos) é portanto uma categoria coletiva, inerente a dado grupo social e sua caracterização como intrínseca ao indivíduo é resultante do surgimento do Estado Moderno. O reconhecimento da liberdade e igualdade como direito natural vai assim permear as discussões e teses formuladoras do ideário de Estado. O surgimento do Estado Moderno implica a construção de um aparato formal e, de forma paralela, à formulação de conceitos e categorias constitutivas da própria idéia de Estado. Seja através da prática política oriunda da Grécia (pólis) ou através da Declaração de Direitos da Revolução Francesa (1789), o itinerário do conceito de cidadania tem apresentado uma vinculação bastante evidente com a propriedade. Sob diferentes construções teóricas, identificadas em Hobbes, Locke ou Rousseau, esse conceito apresenta algumas variações no decorrer da história.

A liberdade de forma limitada, orientada pelo Leviatã, é a forma de auto-conservação da humanidade para Hobbes (s/d), o qual entende que o indivíduo se emancipa dos diversos poderes presentes no feudalismo à medida que a jurisdição no Estado se uniformiza. A condição absoluta do Estado confere a seus súditos uma igualdade de direitos e de segurança.

Neste contexto a cidadania se revela no relacionamento social do indivíduo, quando este utiliza como guia sua vontade e seus interesses, os quais encontram na lei - vontade expressa do Estado - o limite capaz de auto-conservá-lo.

Hobbes, entretanto, não se preocupa em distinguir Estado e Governo, já que sua tese defende a idéia de súdito ou “subject”, sujeito às leis, de tal forma que as relações envolvendo governante, Estado e cidadão só apresentavam um sentido, ou seja, as responsabilidades do governante frente ao Estado e ao cidadão não são mencionadas (Spencer, 1997).

Essa situação, questionada nos movimentos burgueses vai apresentar uma expressão teórica em Locke, tensionando uma extensão da cidadania, ao aproximar esse conceito do indivíduo.

Diferentemente de Hobbes, agora liberdade e propriedade são direitos anteriores ao Estado, e o pacto social é aceito para garantir a efetividade do exercício deste direito. A renúncia a execução de direitos não deve ser confundida com renúncia a direitos e, nessa condição, se criam também obrigações e responsabilidades do governante e do Estado em relação aos indivíduos pactualistas, de tal forma que o não cumprimento por parte do governante autoriza a rebelião dos cidadãos (Locke, s/d). O precursor do liberalismo, assim, propõe a extensão da cidadania, à medida que os interesses

individuais (e o mercado) impõem ao Estado a garantia da liberdade individual e da propriedade.

Já a titularidade do exercício do poder ou soberania e a participação nos processos de decisão vão ser discutidos por Rousseau (s/d) que defendia o exercício do poder pela vontade da maioria, estabelecendo assim a tensão entre o princípio da liberdade individual e o exercício da vontade da maioria, o que se traduz no conceito de cidadania como a defesa do sujeito de direito, de direito a liberdade, à igualdade e à participação na constituição da vontade geral.

A cidadania que inicialmente apresentava-se como requisito à constituição do direito burguês e, dessa forma, buscava veicular indivíduo e direito, no século XX diante do crescimento acelerado do aparato estatal, adequa-se com vistas a normatizar e controlar o cidadão (Kantorski, 1994). Isso parece confirmar Foucault quando este comenta que *"as mesmas luzes que descobriram as liberdades inventaram também as disciplinas"*(apud Arroyo, 1991, p.34).

O projeto de modernidade parece caracterizar-se por um equilíbrio entre a regulação e a emancipação, guias das transformações responsáveis pela sociedade moderna. Princípios como o Estado, em Hobbes, o mercado, em Locke, e a comunidade, em Rousseau, constituem a regulação que se relaciona com a emancipação e suas dimensões de *"racionalização e secularização da vida coletiva, expressas nas racionalidades moral-prática do direito moderno, cognitivo-experimental da ciência e estético-expressiva das artes"* (Santos, 1995, p.236).

A relação dicotômica estabelecida acaba por orientar as discussões referentes ao conceito de cidadania, ora fundindo-se em uma tese formal, ora diferenciando-se em teses e em realidade. Vale ressaltar as exigências inerentes à evolução histórica, o que produziu neste caso (não só uma aprimoração, mas

também algumas inversões de significado) e ao mesmo tempo o estabelecimento de uma dicotomia difícil de produzir mediação, visto que parte dos pressupostos são antagônicos (intrínsecos aos dois pilares já referidos), ou seja, unidade de poder X liberdade.

A ambigüidade, então, vai nortear todas as dimensões da “*cidadaniae*” de suas origens, quais sejam: os direitos individuais, oriundos do liberalismo; os direitos políticos, defendidos pelo ideário democrático; os direitos sociais, oriundos do socialismo; e, segundo Spencer (1997) o direito de participação política, resultante da consciência dos sujeitos da história.

Orientados por esta matriz, a cidadania, entendida como qualidade do cidadão no gozo dos direitos civis e políticos, imprime ao Estado, enquanto representante dos interesses da coletividade, o dever de promover condições indicadoras da qualidade de vida de seus cidadãos, ou seja, acesso a bens e serviços, condições de produção e reprodução da vida social e acesso às instâncias decisórias. E à sociedade civil cabe “*o primado das relações sociais na constituição da subjetividade e da política*” (Santos, 1995, p.243). Neste caminho, os movimentos sociais se identificam com a questão da educação, através do conceito de cidadania, como instrumento e mediação.

Analisando-se as últimas décadas, a relação entre representantes e representados sofreu várias modificações que, observadas a partir das propostas teórico metodológicas de educação e saúde, parecem indicar, não de forma estanque, mas como fases de um processo, duas grandes categorias: educação popular e cidadania, através da diversidade.

Na área da saúde, após um vertiginoso crescimento através de incorporações técnicas e descobertas no campo da ciência, ocorre uma crise, paralela à crise do próprio capitalismo e decorrente da insuficiência explicativa e

prática frente às condições de saúde da população, em especial, em relação a um quadro sanitário presente nos processos de industrialização. Segundo Laurell (1983, p. 135), neste período os setores populares "*colocam sob suspeita o modo dominante de resolver a satisfação das necessidades das massas trabalhadoras*", de tal modo que urge uma investigação sobre o caráter histórico e social do processo saúde-doença.

Na América Latina a proliferação dos Estados antidemocráticos reduz a ação dos cidadãos e promove propostas de controle sobre a população. De forma paralela ou conseqüente, alguns setores, principalmente ligados à igreja e por influência de vários teóricos, passam a estimular trabalhos contrários a essa tendência.

Conforme Silva (1994), a educação popular em saúde, opondo-se a práticas normatizadoras e higienistas, que defendiam uma adaptação do homem à realidade, investe em um redirecionamento de um saber/poder popular.

Paulo Freire se torna um referencial ao realizar uma crítica à educação formal e defender a educação enquanto ato social e político, no qual o homem se torna sujeito histórico e através do diálogo produz as transformações sociais, mediante a conscientização. As idéias básicas desse método entendem a reflexão sobre o homem e seu contexto como condição básica para a ação educativa, o que produz um comprometimento deste homem com a realidade, tornando-o sujeito consciente de si e do mundo. O sujeito estabelece uma relação de afrontamento, frente aos desafios da realidade e mediante o diálogo entre o educador-mediador, que respeita a cultura do outro (Freire, 1980).

Para Stotz (1993), nesta fase, enquanto o Estado se apropria de propostas que estimulam a atenção primária em saúde, em função da crise econômica, no campo popular, sob orientações oriundas do marxismo e fenomenologia,

implementam-se abordagens que buscam desenvolver uma consciência social de saúde entre os setores populares, estimulando o saber popular, buscando através da ação política no campo da saúde, contribuir para um fortalecimento do campo popular, em oposição ao Estado.

Em síntese o conceito de cidadania se prestou à identificação da relação e da intermediação entre indivíduo e Estado, como também à demonstração do momento econômico, político e social de dada sociedade. Apontam-se as "bipolaridades" relacionadas à questão da cidadania, entre elas a participação x representação; universalidade x particularidade; e liberdade x autonomia. Considerando a atuação de grupos específicos na sociedade contemporânea (mulheres, crianças, homossexuais, negros, idosos), enquanto grupos de pressão, Claus Offe apud Ferreira (1993, p.21) comenta que *"são atores que lutam pelo cumprimento do que se presume ser o fundamental da cidadania: o direito de viverem à luz de suas próprias especificidades"*.

Ainda conforme Ferreira (1993), quando se busca aproximar cidadania e educação, é importante ressaltar as contribuições de Giroux, que aponta a existência de três perspectivas diferentes para a questão. A primeira, identificada como "racionalidade técnica", relaciona-se com as diretrizes epistemológicas do positivismo e se orienta no sentido de produzir ajuste e adaptação em relação a um modelo aceito como recomendável para, assim, promover a estabilidade social. A segunda perspectiva, chamada de "racionalidade hermenêutica", identifica-se com a fenomenologia a partir do entendimento da motivação como intrínseca relação entre ação e intenção, propondo a unidade através do diálogo. As críticas a essa concepção se fundamentam na contraposição consciência individual x ideologia. E, por último, o autor apresenta a "racionalidade emancipatória", que, sob a influência da Escola de Frankfurt, reúne os referenciais dialéticos a elementos da fenomenologia para defender a necessidade

da consciência das relações presentes na sociedade como pré-requisito para se buscar, através destes elementos, mediados pelo diálogo, a construção da cidadania.

Paulatinamente os movimentos sociais que se constituíam em uma oposição ao institucional, ao formal e ao científico, através de uma oposição classista, vão incorporando novos elementos e ampliando suas parcerias, no sentido de investir em um projeto de cidadania mais contemporâneo, a partir inicialmente da percepção do conflito, para Gadotti(1985); da distensão ou abertura política para Ottmann(1995); das propostas neoliberais, via globalização, e por um entendimento menos reducionista por parte de setores constituintes destes movimentos.

Estes setores, diante da crise do socialismo real, incorporam cada vez mais a idéia de sociedade civil como representação de um conjunto que reúne cidadãos, produtores, consumidores e membros da nação. Ao mesmo tempo, este espaço muito próprio dos movimentos sociais, cada vez mais se recente dos reflexos da exclusão de grandes massas populacionais dos processos produtivos e consequentemente da mesa de decisões.

Para Valla (1992), no Brasil a cidadania de sobrevivência ainda imprime uma vinculação direta com a capacidade de gerir condições de reprodução da força de trabalho. O'Donnell(1993) se refere a essa condição como cidadania de baixa intensidade, principalmente se analisada a crise de legitimação do Estado brasileiro e a sua incorporação, realizada por alguns grupos econômicos.

Como podemos ver a idéia de cidadania tem sido relacionada a várias acepções. Seu entendimento, entretanto, precisa vincular-se ao ser cidadão, à medida que é este "ser" que a identifica e também nomeia sua existência. Para D'Incao & Roy (1995), pensando-se no cotidiano e na necessidade de efetivar a

cidadania, é fundamental investir na autonomia pessoal (oriunda da desalienação), no reconhecimento desta autonomia e no desenvolvimento de critérios e regras que garantam a democracia.

Assim o conceito ultrapassa os pressupostos neoliberais, embora oriundo destes, e, através da contribuição dos movimentos sociais, se qualifica ao produzir um conjunto de objetivos a serem alcançados pelo conjunto da sociedade, por meio de um processo de construção coletiva da cidadania (Goulart,1993).

Neste sentido, Genro (1994, p.116) defende como questão fundamental que: *"cada demanda individual e isolada só se impõe como real contra o Estado, ..na medida de uma exposição conjunta com outras e, ao mesmo tempo, afirmando-se nas suas particularidades"*.

A cidadania, pressuposta pela igualdade, demonstra cada vez mais uma insuficiência para atender o indivíduo, em sua singularidade. Advém daí a necessidade de esses indivíduos apreenderem formas de mediação, no sentido de coletivizar interesses, emergindo, assim, conforme comenta Ferreira (1993, p.228), *"atores de um campo complexo de relações, (...) no qual a reciprocidade deva prevalecer"*.

Afirmam-se então, encaminhamentos decorrentes, comentados por Gadotti & Torres (1994) como as conclusões do Seminário "Taller sobre educacion popular em América Latina y el Caribe", realizado em La Paz, em 1990, nas quais ressaltam-se as preocupações de investir na qualidade dos processos educativos, mediados pela autonomia, e de analisar o papel do Estado neste momento, visando o estabelecimento da cooperação, com o objetivo último de desenvolver a identidade própria e o poder da sociedade. São indicações de um novo paradigma em construção: o cotidiano como dimensão política; a

valorização da lógica sociocultural (superando a priorização econômica); o resgate de uma ética solidária e uma concepção pedagógica que resgata este cotidiano vivido.

Isso não significa negar o acúmulo de conhecimentos produzidos pela humanidade ou excluir os avanços tecnológicos, ou ainda o institucional. Significa incorporá-los, redesenhando uma trajetória iniciada no cotidiano de cada um e da coletividade.

Fala-se do processo de construção de uma cidadania plural. Processo este inicial, no qual nem mesmo os conceitos apresentam coincidências (a partir de sua origem). Segundo Bobbio (1994), busca-se romper com um poder centralizador, através da pluralidade de poderes, permitindo assim uma participação crescente de cada indivíduo nos processos decisórios.

Conforme Gonzaga (1992), no campo da educação e saúde, as novas perspectivas parecem conviver com a redescoberta do sujeito (coletivo e personificado), com a práxis cotidiana, enquanto objeto e objetivo e com a mediação na relação trabalho, vida e sociedade.

DESCREVENDO UM CAMINHO DO PENSAMENTO E DA AÇÃO

O objetivo de analisar as propostas e o fazer das Organizações Não Governamentais, nos seus aspectos teóricos e metodológicos, no campo da educação e saúde, exigiu a escolha de uma metodologia afinada com os pressupostos teóricos e identificada com o "locus" da pesquisa. Assim, optou-se por um modelo adaptativo da hermenêutica-dialética, operacionalizado por Minayo (1993). E, na tentativa de demonstrar o caminho percorrido para esta utilização, apresenta-se a seguir uma retomada da teoria para, posteriormente, apresentar um corte da realidade estudada, chegando-se à exposição dos aspectos operacionais da coleta e análise.

Com vistas a refletir sobre uma realidade objetiva, realizou-se uma pesquisa de campo, de caráter exploratório, que evoluiu assumindo também um caráter analítico-interpretativo, utilizando como base teórica um referencial dialético. E, especialmente em função da análise, enquanto "explicação e interpretação de um pensamento", optou-se por utilizar a hermenêutica-dialética, fundada em Habermas e operacionalizada por Minayo, contando também com as contribuições de Triviños, Demo, Assis e Stein, entre outros, ao se desenhar um modelo explicativo do referencial metodológico.

Esse desenho serviu de referência durante a realização do estudo e, através de um exercício de análise, possibilitou a presente leitura da realidade, servindo como guia na quase totalidade do processo, mas também permeando outras possibilidades em razão dos ajustes ocorridos ao longo do tempo e das próprias limitações da proposta inicial, assim como da pesquisadora.

Inicialmente buscou-se uma aproximação, com o objetivo de desvendar o conceito de cidadania construído pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, através de sua história e seu cotidiano, suas relações e contradições, o que implicou reconhecer os interesses e limites deste processo. Entende-se que o conhecimento é passível de aproximação, mesmo diante das dificuldades de acesso ao objeto e dos interesses que se interpõem neste cenário. Esses limites podem ser, de certa forma, controlados pela relativa autonomia do conhecimento e a estreita imbricação entre pensamento e ação.

Dessa forma, foi indispensável reconhecer a coletivização do conhecimento, como forma de apreender a realidade, ainda que de forma incompleta e constantemente renovada. Isso se deu através da dúvida em relação ao estabelecido, da identificação de situações do fazer prático, e do reconhecimento dos elementos condicionadores dos sujeitos sociais envolvidos, que vivenciam um processo contínuo e contraditório no qual a autonomia também se faz presente.

Assim, ainda na construção das determinações fundamentais do estudo e no caminho da composição das categorias orientadoras, o reconhecimento das dificuldades existentes e a estreita vinculação entre conhecimento e interesse participaram da elaboração da proposta de trabalho e continuaram participando durante todo o desenvolvimento do estudo aqui apresentado. O que, a partir de Habermas, se justifica como reconhecimento da subjetividade em todas as fases e também no conjunto de todo e qualquer trabalho científico.

Para Habermas (1983, p. 304), *"desvincular o conhecimento do interesse não depura a teoria do subjetivismo, reduz o sujeito a um processo de purificação estática das paixões"*. O reconhecimento de esquemas interpretativos acoplados à realidade, via "racionalização" ou "ideologia", não deve ser

suficiente para permitir uma total descaracterização dos estudos e pesquisas; deve, antes, indicar os limites do compreender e sugerir o maior desvelamento possível dos interesses presentes nas ações de todos os sujeitos sociais envolvidos no processo.

Proposições oriundas de Habermas (1987), confirmando sua aproximação à hermenêutica, evidenciam um diálogo permeado de compreensão e crítica, proporcionando, juntamente com Gadamer, a apresentação de duas propostas que ao mesmo tempo se opõem e se completam. No caminho da busca da racionalidade, Gadamer apresenta o conceito de compreensão, de Heidegger, entendido como uma possibilidade, além da subjetividade, de introduzir-se no suceder da tradição. Ou seja, propõe-se perceber um significado oriundo do passado, mas que envolve quem busca compreender e quem se dá a compreender. O autor, partindo da finitude do homem e da história como vínculo, apresenta a comunicação como meio para uma aproximação com este, entendendo que o ser passível de compreensão é a linguagem. Esta linguagem, na comunicação, pode ser compreendida partindo-se do preconceito, já que o homem não pode fugir da história. Pressuposto este que acaba por reabilitar a tradição e a autoridade, enquanto elementos condicionadores da compreensão.

Entretanto, essa forma de buscar a racionalidade é criticada por Habermas (1987), especialmente em relação à identificação da tradição e da autoridade como pressupostos do conhecimento e da vinculação entre preconceito e compreensão, mesmo sem negar os condicionamentos oriundos da história e do contexto.

Enquanto Gadamer defende o ser histórico como aquele que, a partir da tradição (verdade que vai além do querer), constrói um saber de si e do outro, Habermas considera possível, através da razão, não só receber e identificar o

dados, como também rejeitá-lo, já que a tradição e mesmo o diálogo são permeados pelo poder e pelo trabalho, sendo necessária, portanto, a crítica no caminho do método e no aprofundamento da reflexão. *"A reflexão tem como propriedade ser em si enquanto se relaciona com o outro; produzir identidade justamente por oposição"*(Stein, 1987, p. 102).

A contribuição crítica da dialética introduz assim a razão como elemento necessário para superar o pré-conceito e para contrapor-se à tradição cultural, resultante das relações de trabalho e poder, implicando também uma afinidade entre teoria e método, já que a interpretação condiciona e é condicionada pela ação.

A hermenêutica, imbricada à dialética, possibilita a compreensão do indivíduo através de sua linguagem, sua fala, resultante de um processo social e de uma série de fenômenos sucessivos de conhecimento, resultado multifatorial, que se especifica na unidade. Na sua leitura, permeada pelo conflito e pela compreensão, a realidade e a relação sujeito-objeto se evidenciam e se guardam em um movimento oscilante entre dois extremos.

Buscando a compreensão do homem através das marcas que este deixa no mundo, a hermenêutica, na leitura de Stein, defende a parcialidade possível da compreensão da realidade e conseqüentemente a rejeição de soluções finais e atemporais, respeitando assim o movimento da história, no qual *"...a universalidade se individualiza a cada momento, para cada situação"*. Ou seja, *"Somente quando o homem se debruçar sobre seu trabalho, sua economia, sua técnica; sobre sua sociedade, seu estado, seu direito, seus costumes, sua educação; sobre sua linguagem, seus mitos, sua arte, sua religião, sua ciência e sua filosofia ele se compreenderá através de sua obra"*(Stein, 1981, p. 16).

O "caminho do pensamento" proposto por Habermas, em sua discussão com Gadamer, fornece subsídios para a compreensão de sua proposta. São os seguintes os pontos básicos desse modelo: definir-se claramente o contexto condicionador dos agentes ou promoções a serem estudadas; deve-se produzir, por parte do pesquisador, "um teor de racionalidade" acerca dos textos encontrados no campo; buscar, como também criticar e posicionar-se frente a eles. Tudo enfim, com o objetivo de produzir uma interpretação que inclusive possa ter como co-elaborador o mundo, a realidade de pesquisa.

Assim a interpretação que se produziu buscou, através da reflexão, intuição e embasamento empírico e teórico, estabelecer interações e relações com o objetivo de destacar o conteúdo manifesto e latente. Entendendo na possibilidade interpretativa de textos e na comunicação humana o necessário relacionamento da história e da unicidade do fenômeno, do sujeito e da comunicação, percebidos através de uma "transposição de papéis", buscou-se não apenas perceber as motivações e percepções do outro mas também confrontar as diferentes falas, dos diferentes sujeitos e suas inserções sociais, assim como os diferentes elementos produzidos pelo universo em estudo.

- Contextualizando o CAPA – região sul

No sentido de identificar alguns elementos indicadores do universo em estudo, julgou-se importante apresentar o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, pretendendo uma contextualização do sujeito-objeto que este trabalho apresenta.

As Organizações Não Governamentais têm demonstrado, nas últimas décadas, uma possibilidade efetiva e crescente no sentido de influenciar a sociedade civil, produzindo novos elementos e novas formas de se relacionar com o instituído. Entretanto, este campo, identificado com os movimentos sociais, apresenta inúmeras facetas que, apesar de constituírem-se a partir de alguma especificidade, apresentam muitas áreas e características em comum.

Na América Latina e Brasil, as ONGs, surgindo enquanto espaço possível de resistência a modelos antidemocráticos, na década de 60, inicialmente refletem as influências de setores das igrejas, entidades financiadoras do exterior e "militantes" exilados, incorporando progressivamente novos elementos e novas situações.

A delimitação do estudo busca atender a focalização da questão rural (característica da população atendida pelo projeto) e a estreita vinculação entre saúde e condições de vida, a partir do modo de inserção do grupo populacional nas relações de produção e reprodução. O CAPA, órgão vinculado à Igreja Luterana, atuando inicialmente com questões relativas à produção, logo incorporou ações na área da saúde. No RS tem sedes nas cidades de São Lourenço do Sul, Santa Cruz do Sul e Erechim.

A escolha do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor com sede em São Lourenço do Sul, se deve a existência de um projeto abrangente, iniciado em 1982, atuando na Região Sul do estado, com financiamento oriundo das ONGs do Norte. A proximidade geográfica e também o interesse da pesquisadora viabilizaram o trabalho e favoreceram uma aproximação institucional, no sentido de proporcionar ações conjuntas entre universidade e CAPA.

O CAPA, em sua abrangente área de trabalho, inclui:

- apoio à produção: com incentivo a diversidade de atividades, redução de custos de produção e estímulo à agricultura alternativa;
- alimentação e saúde: com difusão de conhecimentos em práticas alternativas em saúde e alimentação, priorizando a prevenção em saúde e assessoria aos conselhos municipais de saúde;
- apoio à comercialização: com o objetivo de promover estruturas regionais autônomas de comercialização agrícola e desenvolver programas de capacitação dos grupos e associações;
- formação: cursos de organização comunitária nas áreas de agricultura e saúde, envolvendo jovens, mulheres e agricultores;
- comunicação/documentação: produção de cartilhas, vídeos, jornal, folhetos técnicos e programas de rádio;
- relações interinstitucionais: estímulo a convênios, parcerias e assessorias junto a órgãos públicos, projetos e associações.

A abrangência geográfica do CAPA, com sede em São Lourenço do Sul, compreende as seguintes localidades:

- São Lourenço do Sul: nas comunidades de Faxinal(associação de agricultores), Faxinal II(grupo de agricultores), Pinheirinhos(promotores de saúde, implemento à produção), Socorro(grupo de mulheres) e Boa Vista(grupo de mulheres);
- Canguçu: na comunidade de Remanso(associação comunitária);
- Pelotas: nas comunidades de São Domingos e Colônia Osório;
- Pedro Osório, na Vila Freire.

Também atua, realizando assessoria na UNAIC - União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu (em torno de quarenta e uma associações comunitárias)- ; COOPAR - Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul; Secretaria de educação do município de São Lourenço do Sul; e Paróquia de São Lourenço do Sul.

- Sobre a coleta de dados

Reconhecendo-se a difícil tarefa de apreender a realidade e a sempre provisória obtenção de categorias empíricas, pretendeu-se utilizar a triangulação de focos de investigação, através de entrevistas, observação participante, discussão com grupos focais e análise de documentos, o que se realizou no período de um ano e meio, em atividades intercaladas. A triangulação de focos envolveu coordenação, técnicos, população atingida e instituições relacionadas ao CAPA, com o intuito de analisar processo, produtos e sujeitos.

A triangulação pressupõe as intrínsecas e complexas relações inerentes a qualquer processo social, aproximando a realidade empírica, na busca da inter-relação do marco teórico e da realidade. A multiplicidade de instrumentos de investigação foi prevista de forma a ampliar quantitativa e qualitativamente os elementos constitutivos do foco em estudo. *"...é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macrorrealidade social"*(Triviños, 1987, p. 138).

Seguindo o que o autor sugere foram utilizados os três ângulos básicos para uma coleta a partir da triangulação. O primeiro, chamado de *processos e*

produtos centrados no sujeito, inclui a leitura deste sobre a realidade, percebidos através de entrevistas, observação livre e análise de textos produzidos pelo sujeito. O segundo enfoque são os *elementos produzidos pelo meio*, sendo possível obter dados relativos ao cotidiano interno e externo das organizações, através de documentos, fotos, legislação, entre outros. E como terceira perspectiva, a busca de *processos e produtos originados pela estrutura macrossocial do sujeito*, que evidencia os modos, forças e relações de produção relacionados ao seu contexto.

Sobre a Observação

Durante o período de trabalho de campo, a observação, que se constituiu em um instrumento importante na construção do dado, ocorreu orientada pelas pressuposições da hermenêutica e da dialética, nas quais se coloca "*...a fala em seu contexto, para entendê-la a partir do seu interior e no campo da especificidade histórica e totalizante em que é produzida*"(Minayo, 1993, p. 231)

Buscando construir um espaço de diálogo - comunicação e contradição - entre quem busca conhecer e quem se dá a conhecer, num primeiro momento ocorreu a realização de observações livres. Essa forma de observação aconteceu de forma intercalada nos primeiros seis meses do trabalho de campo, no sentido de favorecer a relação estabelecida e promover novas relações (pesquisador/CAPA) também propiciando a emergência de eventos que mereceram uma atenção futura, através de entrevistas e observações sistematizadas.

A observação livre permitiu a identificação de focos de análise, evidenciando um conjunto de características que nomearam os fatos, o dado. Essa identificação, apesar de ocorrer de forma paralela à abstração, foi incorporada às relações do dado com o contexto.

No início do trabalho de campo, a observação livre teve como objetivo a interação e a análise de situações do dia-a-dia do CAPA e subsidiou, em um segundo momento, a observação sistematizada. As análises das anotações do registro de campo orientadas pelos objetivos do projeto e as questões surgidas através de outras técnicas de coleta permitiram a identificação de questões para a observação sistematizada.

Quanto à observação sistematizada, esta ocorreu através de acompanhamento aos técnicos do CAPA em suas atividades diárias, procurando uma diversidade de atividades e sujeitos, incluindo retornos aos locais já observados. Os principais temas orientadores dessa fase foram: a relação entre técnicos e população, a relação com as lideranças em um âmbito interno e externo e o trabalho junto às mulheres.

Com relação às anotações, seguindo as indicações de sistematização das observações e reflexões oriundas do campo, procurou-se descrever as manifestações dos sujeitos envolvidos, as ações e os comportamentos específicos, às vezes com descrições, reflexões do observador, questões metodológicas ou novas hipóteses e ainda dúvidas e aspectos a serem investigados.

Durante esta fase, para que se realizasse uma observação criteriosa, procurou-se identificar, conforme Demo (1989, p. 246): representatividade das lideranças, legitimidade dos processos, participação da base, formas de sustentação, assim como identidade cultural das comunidades e caracterização

dos processos educativos com o objetivo de construir um conteúdo a ser dimensionado em sua singularidade. *"Conteúdo, pois, será a implicação histórica, ideológica em jogo, as lutas que envolvem o dia-a-dia, os fins que se perseguem, os resultados obtidos, e assim por diante (...) compor a intimidade da vida cotidiana, na sua mais profunda sensibilidade".*

Pretendeu-se desta forma a obtenção de um dado dialogado, obtido através de uma relação que ultrapassasse o formal, resultando em autoconhecimento e em conhecimento do dado em si, de forma profunda e oriunda de discussões sucessivas, estimulando um compromisso com a manutenção do diálogo.

Sobre a Entrevista

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com técnicos, dirigentes e população atendida pela ONG. Partindo de questões básicas de caráter objetivo e subjetivo, tal método permitiu a introdução de interrogações decorrentes da fala do entrevistado e acabou por produzir entrevistas extremamente singulares (própria de cada entrevistado), com cuja autorização, permitiu-se gravá-las. Pode-se dizer que as questões básicas foram se transformando em cada entrevista, de tal forma que produziu diversos roteiros, principalmente em função das diferentes inserções que os sujeitos tinham em relação ao processo. Além das entrevistas individualizadas, foi realizada uma entrevista com grupo focal da equipe técnica do CAPA, o que entretanto não se caracterizou como uma discussão de grupo, o que vem ao encontro do que afirma Minayo (1993) de que cada questão é também resultante da interação existente em cada situação.

Para a definição dos sujeitos envolvidos como agentes do processo em estudo, utilizaram-se os critérios indicados por Minayo (1993): priorizar sujeitos que apresentam e/ou relacionam-se de forma próxima com o que se busca apreender; estabelecer-se um número de sujeitos e instrumentos a fim de possibilitar repetição de informações, sem se excluir também informações únicas; buscar a "homogeneidade" relativa através da diversidade de elementos e sujeitos. Além dessas indicações, considerou-se importante a identificação de sujeitos com disponibilidade, com diferentes inserções no contexto em estudo atingindo gênero, tempo e proximidade de convivência.

Inicialmente, no projeto, a escolha dos sujeitos sociais, oriundos dos grupos, incluía técnicos, lideranças, população atendida e representantes de instituições. Entretanto, ao operacionalizar a determinação de critérios para a indicação nominal dos sujeitos, percebeu-se que na realidade o público alvo do CAPA são as lideranças. Assim, em função do entrevistado escolhido como representante institucional, que também atuou no CAPA, definem-se apenas dois grupos de interesse: técnicos e população atendida (ou lideranças). Porém esta adequação, enquanto representação e interesse de percepção, não nos desvirtuou do objetivo inicial.

Sobre os Documentos

A coleta de dados através de documentos procurou examinar a produção escrita do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor. Com tal objetivo, foram reunidos os textos relacionados a produção interna e externa (em pequena escala), o que englobou documentos formais, textos, cartilhas, jornais, fotos,

vídeos, projetos, entre outros, relacionados com a história e o dia-a-dia do CAPA.

- Sobre a análise

Encaminhou-se assim a análise do material a partir da hermenêutica-dialética, sempre procurando manter coerência com os objetivos e desenvolvimento do projeto.

Relembrando Habermas(1987), apontamos alguns critérios necessários à investigação hermenêutica:

- identificar uma pré-compreensão sobre o tema;
- compreender as proposições do sujeito;
- explorar o texto e o contexto através da dúvida e do reconhecimento do mundo do sujeito e de si próprio;
- evidenciar as diferenças de compreensão do sujeito e do "intérprete";
- reconhecer o que não é possível explicitar, o que não é compreensível;
- tomar posição em relação ao texto, ou seja, o processo exige uma auto-avaliação, uma autocompreensão.

Assim, busca-se desenvolver a análise dentro desses pressupostos, na construção de categorias analíticas relacionadas às categorias empíricas, no sentido de perceber as contradições e as novas elaborações, oriundas do cotidiano das ONGs.

Elaborou-se então uma *primeira ordenação dos dados*, iniciada a partir da transcrição das entrevistas, observações e análise de documentos. Como nos sugerem Minayo (1993) e Assis (1994), através de releituras pretendeu-se estabelecer uma primeira organização, utilizando como critério as diferentes fontes de informações, os temas centrais e suas referências realizadas pelos diferentes sujeitos. A "leitura flutuante", realizada nesta fase, propiciou a formulação de "corpus", como especificação do campo no qual o pesquisador deve firmar sua atenção (Bardin, 1994; Triviños, 1987). E também propiciou inquietação, dúvidas quanto à postura metodológica e teórica capaz de abarcar o que já se tornara mais real, mais concreto...

Já o *segundo momento*, de classificação dos dados, envolveu leituras repetidas do material, com o objetivo de codificar, classificar e categorizar, através do estranhamento e da dúvida (instante hermenêutico), pretendendo que através da relação das categorias empíricas e analíticas se estabeleça uma relação dialética (Triviños, 1987; Minayo, 1993). Nesta fase as categorias empíricas, resultantes do confronto dos dados, foram analisadas, utilizando-se os objetivos específicos e referências teóricas, relacionando-os dialeticamente.

Posteriormente encaminhou-se para uma *análise final*, na qual buscou-se fazer emergir o singular, no que se refere à compreensão e à contribuição no pensar e elaborar mais significativo do grupo de interesse. Neste momento foi importante também investigar as relações entre as categorias e entre estas e a realidade macrossocial, assim como identificar os dados convergentes e divergentes, em relação ao conjunto a partir das indicações de Triviños (1987) e Minayo (1993).

CIDADANIA: UMA POSSIBILIDADE DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Diante dos dados coletados pretendeu-se uma descrição, discussão e análise que permeassem compreensão e crítica frente ao universo de estudo, a partir de uma orientação teórica já apresentada. O cotidiano histórico em que se insere o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor e o seu fazer constituíram-se como um dos objetivos e, em primeira instância, contextualizam as categorias balizadoras presentes no estudo e subsidiam a discussão acerca da prática social em educação e saúde enquanto um substrato da cidadania.

- Contradição e mediação: as bases históricas do projeto do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor

O Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, entidade identificada como uma ONG, foi criada em 1982, como estratégia da igreja luterana, pretendendo interferir e se constituir em uma proposta alternativa ao modelo oficial de extensão rural.

Sua origem está vinculada ao processo de modernização no campo, o que obrigou a igreja a repensar sua prática. No caso da igreja luterana no Rio Grande do Sul, esse movimento tem sua origem em uma experiência de rádio em Tenente Portela (cidade ao Norte do Estado do Rio Grande do Sul) no final da década de 60, e que segundo a fala de um integrante do CAPA poderia ser caracterizada

como “panfletária”. Essa afirmação revela a linha de trabalho da rádio que incorporava um discurso de oposição ao modelo de economia agrícola governamental.

Entretanto, em decorrência da conjuntura política estabelecida pelos governos militares, a igreja passa a rever sua posição e apóia os projetos de colonização e de expansão das fronteiras agrícolas. Nesse processo várias famílias do sul do país foram assentadas na região Centro Oeste.

Os problemas decorrentes da expansão da fronteira agrícola e dos projetos de colonização acabam por se constituir em subsídios para crítica destes modelos.

“a crítica ao modelo começou a ter espaço pra isso, as constatações um pouco mais claras de que era um modelo que funcionava só com subsídios e aí então neste movimento que é criado esse trabalho do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor”(Técnico 2)

Esse momento concreto do surgimento do CAPA também é permeado por diferentes posições e resulta de mediações entre setores identificados como progressistas, citados por Hobsbawm (1996) como resultado da manutenção das idéias iluministas, presentes nos países escandinavos, Países Baixos e no Conselho Mundial de Igrejas (protestantes). Idéias que se adequam internamente, no Brasil, até no sentido de tentar recuar o processo de modernização, “*segurar a roda do tempo*” (fala de um entrevistado), inclusive por uma dificuldade de adaptação que poderia colocar em risco a sobrevivência da instituição.

“com a modernização da agricultura...se rompeu aquele mundo rural, aquele mundo da colônia, da economia regional, de certa maneira estável, da diversificação das atividades, das micro industrializações, onde a própria instituição igreja navegava com relativa tranqüilidade”(Técnico 2)

Percebe-se nesse processo que a relação entre desenvolvimento histórico e finalidade objetiva encontra, na heterogênea estrutura social a diversidade como possibilidade, na qual a relação hierárquica entre diferentes esferas é construída no concreto (Heller, 1992). O surgimento do CAPA se dá como resultado de um processo de acirrada crítica ao modelo agrícola e sua experiência na década de sessenta, em um espaço permeado de forças sociais conservadoras. A diversidade aí construída parece permear um discurso e uma prática de caráter mais crítico e os interesses de manutenção da estrutura social da instituição. Neste espaço a proposta do CAPA se inicia como Centro de Aconselhamento ao Pequeno Agricultor.

*“a proposta na época...era aconselhar, era estar junto...”
(Técnico 1)*

*“ainda estava esta idéia de que as questões iriam se resolver na medida em que o agricultor tivesse acesso a tecnologia, a orientação de agrônomo...projetos modelos, individualizados...”
(Liderança 1).*

Esse modelo, se pensado a partir das matrizes discursivas propostas por Schierer-Warren (1995), se identifica por uma vertente mesclada pelas correntes assistencialista, desenvolvimentista e democratizante. Para a autora, a relação entre ONGs do Sul e ONGs do Norte (financiadoras) se apóia na cooperação internacional e é guiada por direcionamentos “político-normativos” que se aliam diferentemente ao longo do tempo, de acordo com diversos interesses e a partir de critérios de historicidade.

As ONGs do Norte, entidades privadas que carregam verbas públicas e privadas em países desenvolvidos, principalmente na Europa, financiam projetos direcionados a assistência ou desenvolvimento e ao estabelecerem relações com

as ONGs do Sul percorrem várias matrizes teóricas, segundo suas diferentes origens e percepções quanto às relações macroestruturais.

Essa relação de cooperação internacional é constituída, em uma parte, pelas ONGS do Norte que, ao longo do tempo, vêm se transformando em quase-governamentais, pois seus fundos de financiamento estão vindo majoritariamente do governo; já entre as “dependentes” ONGs do Sul, a competição de financiamentos, e a dependência em relação a estes, determina um certo controle das primeiras sobre estas (Raitz, 1994).

Conforme os dados levantados é possível relacionar a fala da Liderança 1 (acima) como representativa dos modelos assistencialista e desenvolvimentista. A idéia de “resolver” os problemas decorrentes do modelo social de produção através de práticas educacionais e de emprego de tecnologia apresenta uma clara vinculação com as propostas decorrentes da nova orientação das igrejas e também de algumas instituições privadas, especialmente da Europa.

A vertente democratizante, também presente nesta fase inicial, e claramente identificada na fala que se segue, parece indicar um macro movimento da época que, de certa forma, dominou os discursos de setores de oposição. Vale destacar que esse processo não se dava de forma homogênea em toda a estrutura social e institucional; retomamos aqui a própria indicação do nome do CAPA e seus objetivos iniciais, expressos na fala já referida do técnico1 – “a idéia era aconselhar”. Esse conjunto de influências pode ser percebido, ainda que de forma incipiente, no primeiro projeto do CAPA, no período de 1982 a 1985, que mesmo iniciando com uma proposta de aconselhamento apresentava outros discursos, aqui explicitados na fala de um entrevistado:

“em 82 a igreja estava sobre o tema: a terra de Deus, terra para todos e era época evidentemente, dentro de um regime

militar e tal...e se buscava as questões de processo de democratização, de cidadania, todas as questões participativas e a retomada de toda a questão da reforma agrária, conquista da terra, buscar apoios diferentes, uma política agrária pro país...”
(Liderança 1)

A ambigüidade desta condição, que em seus limites rompe com um modelo mais conservador, surge ainda sob os efeitos do fechado regime militar e, em decorrência, se constitui em uma estratégia inversa ao que vinha ocorrendo até então no campo da luta social. O eixo de organização da década de sessenta é substituído pelo interesse e focalização no espaço da comunidade.

A comunidade, para o CAPA, começa a se estruturar de forma bastante diversificada já que instala uma sede em Arroio do Tigre (no centro do Estado) e, contando com apenas dois técnicos, estabelece os primeiros contatos com as comunidades, as primeiras visitas e as grandes palestras, abrangendo uma área que corresponde a metade do Rio Grande do Sul. Mas a idéia do trabalho com a comunidade orienta a forma de aproximação e a pretensão de um projeto de trabalho que se caracteriza por contatos iniciais, reconhecimento da área e, de certa forma, representou o grande período de negociações e mediações no plano mais próximo à igreja.

O que se percebe, analisando os projetos de financiamento e atuação do CAPA, dos quais consta uma certa sistematização histórica, são os relatos de encontros vinculados à igreja luterana; de investimento tecnológico no centro agrícola, além de visitas eventuais às comunidades. Em relação ao centro agrícola, uma fala de entrevistado indica que essa proposta apresentava um ideário muito individualista, centrado no técnico e de acordo com a idéia de construir modelos a serem aconselhados aos demais agricultores.

Conforme documento do CAPA as idéias-chave dessa fase eram: *“colocar-se ao lado do agricultor, demonstrações práticas, paternalismo com oferta de sementes, distância dos órgãos públicos, trabalho com a família e público da IECLB e sensibilização para a agricultura alternativa e resgate e promoção do uso de plantas medicinais”*.

Nesta primeira fase, o CAPA apresenta um trabalho bastante inicial, procurando sedimentar sua atuação, o que, no entanto, não inviabiliza a identificação de alguns elementos típicos do período de surgimento das ONGs no Brasil.

Este terceiro setor - privado com funções públicas - começa a ter seus quadros *“treinados para pensar, de maneira estratégica, em como atender a demandas socioculturais que não são satisfeitas pelo mercado”* ou seja: *“são instados a internalizar a pergunta sobre o significado para as políticas públicas de cada projeto em que estejam envolvidos, por mais localizado que este projeto esteja”* (Fernandes, 1994, p. 66). E em grande medida, pretende uma oposição sistemática ao Estado, o que se observa nas falas:

“não se queria conversa com ninguém do Estado, o Estado era o inimigo” (Técnico 2)

“que é um trabalho... que não são pessoas remuneradas pelo governo” (Liderança 2)

Essas falas parecem indicar a idéia de Estado, tanto do ponto de vista do CAPA, como do ponto de vista da comunidade, para a qual o trabalho do Estado e de seus técnicos não era comprometido com as necessidades reconhecidas. Ou seja, trabalhar pela dignidade do agricultor significava trabalhar a possibilidade de esse agricultor investir em projetos que tomavam por base uma construção

coletiva e paralela ao sistema formal ou oficial, pretendendo-se também explicitar os interesses que subsidiavam a atuação do Estado.

“o foco de tudo isso é... uma maior dignidade e resistência do agricultor” (Liderança 1)

A pauta de propostas e ações do CAPA assim parece se afinar com a fala de Doimo (1994), quando a autora identifica as características do fenômeno das ONGs no Brasil, nesta fase, como: a luta de resistência ao regime militar e às suas conseqüências; a percepção da falência da ideologia nacional desenvolvimentista e o estabelecimento de um amplo dialogo crítico com os padrões autoritários da cultura brasileira.

Ao encaminharmos o desenvolvimento histórico do CAPA, é necessário retomarmos a história das ONGs no Brasil que, face ao desmantelamento dos espaços democráticos nas décadas de 60/70, passam a se constituir em entidades afinadas com uma proposta democratizante, conforme o que Doimo (1994) denominou de período movimentalista.

O CAPA é criado em um período que se caracteriza por uma ampla mobilização dos setores progressistas e por uma crescente participação de determinados setores das igrejas junto ao movimento social, o que se constituiu em berço das Organizações Não Governamentais, mediando projetos de financiamento entre ONGs do Sul e ONGs do Norte.

Assim o CAPA, apesar de ser criado na década de oitenta, nasce identificado com o período movimentalista no qual mediação e contradição perpassam este processo, que se instala a partir da identificação do crescente êxodo rural, estimulado pela modernização da agricultura.

Segundo Doimo, (1994), as organizações civis de ajuda e de colaboração internacional, dentre elas as igrejas protestantes vinculadas ao Conselho Mundial de Igrejas buscavam estimular trabalhos de defesa a direitos humanos e propostas desenvolvimentistas. Se analisarmos a história de outras ONGs, é possível traçar uma história comum, do ponto de vista das origens, ou seja, sua estrutura inicial ocorre dentro de uma igreja (católica, protestante...) e tende a evoluir de projeto de acompanhamento de serviços e público da própria igreja a uma linha de atuação mais autônoma guiada em um primeiro momento pela educação popular.

A relação entre o CAPA e a igreja, apesar de muito presente e concreta, não será analisada de forma mais aprofundada pois conforme Fernandes (1994) se constitui em um quadro extremamente complexo, imbuído de uma outra simbologia, que na fase inicial do projeto de pesquisa não se constituiu em foco do estudo. Assim essa relação será tratada a partir de aspectos histórico-estruturais, deixando-se os elementos intrínsecos para outros estudos e análises.

Assim, no final desse período, no qual o CAPA foi financiado majoritariamente pela American Lutheran Church (ALC), diante das dificuldades identificadas como a grande extensão de área, o excesso de expectativas e a falta de clareza do papel do CAPA, começa a se modelar seu “projeto”, principalmente por demandas e pela definição de áreas prioritárias, distribuídas em três núcleos e com ampliação da equipe.

A partir do segundo projeto, que se inicia em 1986, o CAPA incorpora, de forma mais efetiva, as características descritas nos referenciais teóricos sobre Organizações Não Governamentais. Essa fase é financiada pela Evangelische Zentralstelle für Entwicklungshilfe (EZE) e pela Pão para o Mundo, se estruturando em um projeto orientado por demandas identificadas por grupos organizados.

Observamos então que a nova representação institucional se organiza a partir da forma de expressão “projeto”, no qual uma proposta é defendida e estruturada em um cronograma, “em que fins e meios...” (guardam) uma relação de coerência, conforme a descrição de Fernandes (1994, p. 67), para quem as ONGs passam necessariamente a incorporar uma certa “lógica programática”, decorrente dos vínculos também estabelecidos com as organizações financiadoras. Ao mesmo tempo, se buscamos uma relação com o referencial teórico sobre a história das ONGs no Brasil, o início do segundo projeto se adequa de forma mais precisa ao período movimentalista. Negação institucional e governamental caracterizam uma atuação metodológica centrada na educação popular, de forma mais efetiva e concreta.

Os pressupostos básicos, então, eram propor uma outra escala de tempo e dedicar-se à base social, ou seja à comunidade, que se constituía em um espaço mais livre dos controles exercidos pelo Estado e incorporava uma aura mística. As atividades realizadas em reuniões pretendiam que os participantes, em círculo, encontrassem na relação face a face, *“uma comunicação que se quer igualitária e eminentemente conceitual”* (Fernandes, 1994, p.35).

“e começou um pequeno grupo a se organizar e a se conversar e se reunia em casas de família e ali juntos se discutia os problemas...” (Liderança 2)

As atividades como o estímulo a formação de grupos e associações comunitárias e apoio às ocupações de terra ocorridas na região exemplificam ações identificadas com a corrente movimentalista.

“uma reação ao modelo agrícola, ao modelo tecnológico”... e o agricultor tinha isso também, ele estava magoado com o fato de que tudo aquilo que ele fazia estava errado...” (Técnico 2)

“começou a se apostar bastante na questão da própria organização do agricultor.... começar a perceber que a questão da terra é uma questão estrutural, é uma questão ideológica, é uma questão política ... de consciência e que nesse sentido há uma necessidade de reunir com outros movimentos”
(Liderança 1)

“a virada foi quando se investiu na questão da organização, em sindicatos, em associações de agricultores”.... (Liderança 1)

“e dessa forma nós pensamos de mudar uma vez...”
(Liderança 2)

É possível relacionar essas falas com as várias condições que favoreceram e orientaram o trabalho junto à comunidade. Entre elas, inicialmente se identifica um sentimento oriundo das relações sociais, econômicas e políticas vivenciadas pela comunidade e que produzia um sentimento de incapacidade nas relações estabelecidas. Por outro lado, a proposta metodológica do projeto tensionava esse modelo estabelecido de relações ao desenvolver atividades nas casas dos participantes, em reuniões, nas quais a relação “face a face” pretendia trabalhar a possibilidade de construir uma articulação de percepções e análises sobre as condições de vida e as possibilidades de construção de uma nova relação entre os grupos da comunidade, o Estado e o mercado.

Estas falas representam as idéias correntes no período. Um sujeito político transformador capaz de tomar para si o direito de determinar novas condições, estabelecidas na relação de luta de classes (Doimo, 1994; Scherer-Warren, 1993a).

Metodologicamente o projeto se adequa a vertente da educação popular, conforme o que se observa nas falas:

“... para acreditar que as pessoas ... elas têm condições, ...que é uma história de troca, de funções e papéis diferentes (Técnico 1)

“... dentro um pouco de toda essa linha do pensamento novo, a partir de Paulo Freire... do processo de crescimento da pessoa, do processo de aprendizagem que se dá entre sujeitos iguais (Liderança 1).

Entretanto essas idéias e propostas produziam conflitos internos. A aproximação do CAPA com o Movimento sem Terra (MST), especialmente na primeira ocupação de terra ocorrida na região em 1987, produziu inúmeras críticas de setores que compõem a base de sustentação e apoio do CAPA. Neste momento foi necessário mobilizar lideranças internas e externas para influir no que foi identificado como um dos momentos críticos na relação de mediação e contradição que caracterizam o espaço de atuação do centro, como se observa no depoimento:

“... foi uma tensão muito grande, internamente, muito grande, na região...”(Técnico 3)

E também no espaço microestrutural algumas propostas pareciam vincular-se com o primeiro projeto. Paradoxalmente as propriedades de referência ainda representavam a idéia de produzir um modelo tecnológico a ser seguido e orientado. Essas propriedades eram escolhidas para um investimento prioritário em apoio estrutural e de propostas tecnológicas e deveriam se constituir em meio de divulgação e afirmação da proposta de desenvolvimento econômico de produção agrícola.

Tais questões, entretanto, parecem ser inerentes ao desenvolvimento das organizações, com sua evolução alavancada no dizer de Saupe e Nakamae (1994) por uma relação de contrários, recíproca e constante, de tal forma que neste

período é possível identificar o embrião da “cara” pública do CAPA e a busca de relações com outras organizações não governamentais.

Neste contexto novas perspectivas se impõem e o projeto que inicialmente apresentava um foco prioritário na questão da terra e da agricultura é tensionado a incorporar novas demandas, o que se traduziu em uma melhor definição de sua atuação.

- Para além dos movimentos tradicionais: mulheres, educação e saúde, cidadania e novas perspectivas

Ao iniciar suas atividades, o CAPA tinha, como proposta central, a construção de um modelo tecnológico e político para a agricultura. Entretanto, ao buscar esse propósito, guiado por influências teóricas abrangentes, que discutiam o processo produtivo de forma estreitamente vinculada aos processos sociais e de vida dos indivíduos, logo deparou-se com os elementos gerais da condição de vida da população. Esse encontro propiciou diversos ajustes na proposta original, o que inclusive estava previsto, considerando a metodologia utilizada, mas também produziu novos caminhos de atuação, concretizando, dessa forma, uma preocupação com a vida, inclusive na área de educação e saúde.

A atuação da ONG na questão da agricultura, em um campo “público”, atraía principalmente os agricultores, em decorrência de características culturais, já que o mundo público é o espaço hegemônico dos homens. Por outro lado, se observamos o cotidiano do trabalho nas comunidades rurais, percebe-se que o trabalho na agricultura é igualmente vivenciado e compartilhado por todos os

membros da família. Essa situação criava cenas como as descritas nas palavras de um entrevistado, falando sobre a origem do trabalho na área de educação e saúde.

“... a própria participação das mulheres começou se dar porque... eu lembro... nós chegávamos no pátio do agricultor, muitas mulheres se escondiam... é comum esconder as mulheres...”
(Técnico 2)

Neste contexto e tendo em vista os objetivos de integralidade do trabalho e da comunidade, o CAPA conseguiu através da presença de uma mulher na equipe técnica romper, de certa forma, com essa segregação. Inicialmente a técnica e o próprio CAPA não intencionavam esta condição, entretanto a presença de uma mulher nas reuniões começou a estimular as agricultoras a participarem das atividades públicas e a trazerem para esse espaço, preocupações de um mundo privado, entre elas os “problemas de saúde”.

“... e então as mulheres começaram a ir nas reuniões de noite e o assunto de saúde...as mulheres se interessam mais mesmo, elas perguntam, então começaram a perguntar para mim, não era a minha área...” (Técnico 1)

Diante da necessidade exposta e considerando o momento do projeto, que definia rumos, as propostas de ação na área de educação e saúde, surgidas no período de negação institucional, se constituíram em oposição a uma prática oficial, cujas ações apresentam um cunho higienista, centradas em atividades como ensinar a lavar mãos e ferver água. A tendência do CAPA e de outras ONGs acompanha a crítica de Ramos (1986), ao comentar que essas práticas evitam as discussões acerca dos determinantes do processo saúde e doença, o que estimulou os setores mais organizados a buscarem uma “opção alternativa”, pretendendo contrapor-se a um modelo oficial, reconhecido como fechado, inoperante e inadequado às necessidades da população.

Essa opção alternativa, inicialmente encontrava algumas dificuldades já que considerando o que Doimo (1994) chama de período movimentalista, o CAPA também se caracterizava por uma negação a institucionalidade política e quaisquer ações na área de saúde poderiam produzir uma aproximação com a assistência e com o Estado, situações opostas em um contexto que elegia como foco de ação, segundo Scherer-Warren (1993) e Doimo (1994), um sujeito histórico, político, transformador e em oposição ao Estado e ao modelo estatal de saúde.

As experiências oficiais se caracterizavam no que Silva (1994) chama de “educação para a saúde” ou o que Patrício (1995) refere como uma prática caracterizada pelo “educare”, no sentido de prescrever um modelo receptivo, não crítico da vida social. Esse quadro afastava da área sujeitos técnicos e políticos que temiam uma participação em um processo chamado de “culpabilização das vítimas”, que se constituía a partir de justificativas que passavam pela “desqualificação do saber popular”(Valla, 1992, p.35-36).

Essa justificativa acabou sendo uma vertente para a idealização da opção alternativa. Os projetos da época, em especial do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, partiam para uma super valorização do saber popular, o que na área de saúde poderia se constituir em ações do mundo privado - cuidado de saúde - através de práticas oriundas de um acúmulo cultural próprio das populações ou dos sujeitos históricos e, portanto, distante neste momento do campo das políticas sociais, da institucionalidade política.

Em se considerando as atividades desenvolvidas pelo CAPA, a vinculação foi construída através das atividades relacionadas à agricultura, sendo que a alimentação serviu como ponte para o início das atividades na área de educação e saúde.

“...um espaço de aproximação com as mulheres... na questão da alimentação, de melhorar a qualidade da alimentação, junto com isto foi se trabalhando a questão da horta, então o vínculo da produção com a questão da alimentação...” (Técnico 3)

Essas atividades, do ponto de vista metodológico, utilizavam como pressuposto teórico a obra de Paulo Freire; nesta fase inicial possivelmente ainda com nuances da proposta de “aconselhamento”, o que parece ocorrer quando do início do trabalho com plantas medicinais. Se de alguma forma foi “natural”, este trabalho, considerando o perfil da equipe (majoritariamente composta por agrônomos), também produziu alguns conflitos, já que internamente a igreja luterana questionava as práticas não científicas na área de saúde, o que se justifica quando analisarmos as origens místicas do conceito de saúde e as conseqüentes disputas nesta área, a partir desse prisma.

Entretanto, as opções teórico-metodológicas das Organizações Não Governamentais, no período, se concretizavam através do perfil ideológico dos profissionais e dos próprios sujeitos vinculados à igreja e também em decorrência da relação com as ONGs financiadoras.

“...eu, fascinada com o conhecimento que se tinha, com a experiência e tudo que se tinha do trabalho, negando um monte de informações que eu tinha, que era da Universidade, porque vendo... que o bárbaro era a história popular...” (Técnico 3)

Nessa perspectiva, o CAPA incorpora cada vez mais conceitos de metodologias alternativas e mantém o trabalho com plantas medicinais já que este é um campo, cujo saber popular se fortalece e estabelece uma relação diferenciada de forças, reafirmando assim no entender de Doimo (1994) as novas representações, nas quais determinados segmentos reivindicam a condição de sujeito.

O investimento nas potencialidades da comunidade e em suas lideranças foi sendo realizado através da educação popular e se caracterizando pela idealização de um espaço autônomo ou alternativo.

Depois de um período expansivo em atividades identificadas com uma postura centralizada na comunidade e no sujeito político transformador, teoria e método passam a sofrer influências decorrentes de um contexto interno e externo. Para Palma (1994, p. 21-22) essa condição se dá a medida que a educação popular se constitui em uma “prática referenciada”, definida a partir da realidade na qual ela ocorre e também resultante das significações dos grupos de trabalho.

Esse processo, em nível nacional, refletiu na mudança do perfil do Estado, principalmente através das políticas sociais, o que, especificamente no caso da saúde, significou um rompimento do caráter monolítico. Em março de 1986, realiza-se a VIII Conferência Nacional de Saúde, que, reunindo cerca de 4.000 delegados, com representação da sociedade civil, vem a se tornar um marco, ao ampliar o fórum de discussão da política de saúde no Brasil e ao propor um conceito de saúde vinculado a condições historicamente determinadas, um conceito vinculado à “forma de organização social da produção” conforme o relatório final.

A realização da Conferência, nos termos em que ocorreu, foi resultado de articulações e pressões do movimento de Reforma Sanitária, que envolvia técnicos e sociedade civil em um contexto com diferentes orientações valorativas e conceituais, decorrentes do reagrupamento de forças a partir do resultado das eleições no país, quando a oposição se fortalece e passa a ocupar um espaço maior na estrutura do Estado.

Em consequência disso, os movimentos sociais e as ONGs passam a expandir sua atuação, investindo nos espaços do processo em pauta. Um período

de transição se estabelece. O Estado e a sociedade civil discutem estratégias em comum (Doimo, 1994).

E é também neste período que as mudanças macroestruturais contribuem para uma crise ideológica e conceitual. Os efeitos da abertura política chegam à periferia, sujeitos do Estado conversam com sujeitos dos movimentos sociais em ocupações de terra. As eleições no país parecem reforçar a idéia de relações democráticas. E a fase transitória, citada por Sherer-Warren (1993a), é então percebida como um processo de ruptura, de interação e contradição, conforme os depoimentos:

“... e depois o assentamento de Canguçu, que tinha o grupo de pesquisa-ação da UFPel, que foi... o vínculo primeiro dessa relação... a partir da discussão lá no assentamento...”
(Técnico 3)

“talvez naquele tempo também (o estado) não era tão forte assim como nós imaginávamos ... era um estado fechado e autoritário....” (Técnico 2)

“a relação com outros movimentos é de parceria, com o estado é de cobrança” (Técnico 1)

Sob esse prisma se inicia o segundo projeto do CAPA (1986-1989) e na área de educação e saúde se estabelece o novo signo. São Lourenço do Sul, no Estado, é uma das referências do modelo proposto pela VIII CNS, estabelecendo-se em 1988 no município, a Comissão Interinstitucional Municipal de Saúde (CIMS), com participação popular.

Em documentos do CAPA, este período acentua idéias-chave como: crédito e a comercialização, definição de núcleos, organização, formação e a constituição de uma “cara pública”, que neste momento significava uma

aproximação com o MST e as ocupações de terra da região. Nesta fase, estimulase a área da produção e a utilização do fundo rotativo, alternativa vista como “instrumento pedagógico” e meio de trabalhar frente a crescentes dificuldades financeiras do público do CAPA. O objetivo do fundo era financiar iniciativas comunitárias e individuais, identificadas com a proposta técnica e política do centro, demonstrando uma viabilidade prática e servindo de meio de divulgação do trabalho junto às comunidades. Para o CAPA (1990), *“o fundo rotativo tem sido também nestes casos utilizado mais como um apoio pedagógico do que propriamente um apoio de crédito. Diversos grupos, a partir de uma experiência concreta de cooperação, sentiram-se motivados a dar passos maiores, constituindo-se em associações comunitárias, legalmente constituídas, adquirindo força junto aos órgãos públicos.*

Exemplo concreto deste período é a associação de Remanso, comunidade rural, do primeiro sub-distrito de Canguçu, localizada a 30 Km da área urbana do município, que a partir da identificação do esgotamento do solo passa a desenvolver um trabalho com o acompanhamento do CAPA *“... o grupo conseguiu melhoria na produção, atraindo mais famílias interessadas. Em outubro de 86 formou-se a Associação Comunitária.... Através de sua organização conseguiram benefícios junto aos órgãos públicos, como uma patrulha agrícola, composta de trator e implementos”*(CAPA,1990).

Entretanto essa relação com órgãos públicos colocava em cheque duas visões “opostas” sobre trabalho e organização. Durante as entrevistas, foi freqüente a descrição da forma de estruturação de associações a partir de órgãos públicos, as quais eram formadas após reunir somente os homens durante três ou quatro dias.

Segundo a mesma fonte, essa situação se repetiu e, em uma das comunidades que o Capa trabalhava, a liberação do trator foi condicionada a participação na “agregação”. O grupo tentou negociar o programa, sem sucesso e também a participação das mulheres...

“...as pessoas quando elas se sentem parte de um processo elas caminham juntas, em lembro lá em Canguçu, na associação,... então quando a prefeitura construiu aquele monte de associação, o pessoal dizia: isso é associação da prefeitura ... as pessoas não se sentiam parte daquilo,... não é que nós não queremos, nós queremos é discutir juntos”(Liderança 3)

As dificuldades no relacionamento, presentes nas falas, descreve a origem da denominação das Organizações Não Governamentais, surgindo ou se estruturando em um momento em que o Estado não apresenta elementos e sujeitos preparados para negociar com a sociedade civil. Conforme Doimo (1994), os diferentes interesses que alimentam essa relação geralmente colocam em posições opostas, pensando-se no aspecto político, os dois grupos. Entretanto neste momento, *“... nem Estado, nessa hora, é mais aquele ser genérico, contra o qual se lutava,...e nem o “movimento” é aquele sujeito coletivo uno...”* (Doimo, 1994, p 21)

A relação com o Estado se estabelece, não só informalmente mas em convênios com prefeituras e universidades. Exemplo disso é o que ocorre na área de saúde, em que um encontro na ocupação de terras em Canguçu iniciou a discussão de um projeto conjunto, que será tratado posteriormente.

Elucidativos deste momento são os depoimentos de lideranças e técnicos:

“...se viu que a gente não ia conseguir abraçar o mundo ..., então ... nós vamos ajudar as populações a se relacionar com o

Estado. Se relacionar e não aceitar as coisas de cima e ter propostas... se relacionar, ... de maneira adulta com os órgãos públicos ...” (Técnico 2)

“Antes a gente não tinha coragem de ir na Prefeitura, e agora ... nós podemos ir e exigir os nossos direitos” (Liderança 4)

“uma linguagem só ... alguém disse pra eles (técnicos de instituições públicas), um dia, que eles eram os únicos extensionistas ... não sei quem foi que inventou essa história ... tanto é que até hoje eles se sentem ofendidos quando existem outros atores...” (Técnico 2)

“... essas mudanças de postura institucional são complicadas de entender ... Muitos agricultores diziam: mas como? agora vocês estão todos juntos?” (Técnico 2)

Identificados com o movimento de Reforma Sanitária, os sujeitos dos movimentos sociais passam a contribuir na implantação do novo Sistema de Saúde, entendendo-o, conforme Westphal e Pelicione (1991, p.33), como “um projeto ideológico nascido na sociedade civil, no interior dos movimentos sociais pela ampliação de cidadania”.

“... mas é isso que nós sempre lutamos... nós temos que... nos aproximar do espaço institucional... a gente começou dentro da equipe a estudar a lei..” (Técnico 2)

“... eu trabalhei, grupo por grupo... o conceito de saúde... as ações integradas de saúde... a integração ... o direito....” (Técnico 3)

Entretanto, o espaço público se configura em uma constante disputa, o que se evidencia ainda mais nos pequenos municípios onde o CAPA - Região Sul tem atuação. Em 1988, na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em São

Lourenço do Sul, membros do CAPA são candidatos a vereador e a disputa eleitoral acaba por permear diversos processos, em andamento. Conforme os entrevistados, em decorrência do processo eleitoral, na definição do local de construção de postos de saúde, as associações próximas ao CAPA foram preteridas em favor dos locais onde o controle político estivesse com os partidos situacionistas.

Por outro lado, a postura do CAPA frente as instituições públicas era de constante cobrança e crítica, principalmente frente a utilização por parte do Estado dos sujeitos qualificados através do trabalho do Centro.

“... as pessoas que estavam ligadas ao trabalho do CAPA, as associações que participavam do Conselho de Saúde, era quem falava, conhecia um pouco de legislação... começaram a ir em encontros da CIMS em Porto Alegre. e a(secretária) com... discurso de participação popular e o local do posto...”(Técnico 3)

Mesmo frente aos conflitos, uma clara tendência se estabelecia. Segundo Scherer-Warren (1993), o conceito de classe está sendo substituído pela idéia de sujeito social. Idéia esta decorrente da influência dos novos movimentos sociais e das relações que se estabelecem com instituições públicas.

A partir de 1990, iniciando o terceiro projeto, para um período de três anos, a área de educação e saúde no CAPA se adequa às novas tendências.

A identificação dessas características, em meio e em decorrência das mudanças políticas, colaboram para a efetivação de novas frentes de atuação, o que se observa na caracterização do novo projeto do CAPA, para o período de 1990 a 1993. Este, financiado pela EZE e KED, atingi seis áreas de atuação: apoio à produção e comercialização; formação; saúde, comunicação e documentação; relações institucionais e assessoria e administração.

Interferir em projetos públicos no sentido de pretender propostas mediadas exigiu do CAPA, além de uma disposição de negociação, um investimento significativo na área de formação, com o objetivo de qualificar seus grupos de assessoria. E também promoveu atividades que envolvessem, de forma mais concreta, os elementos políticos e econômicos. Fatos que levam o CAPA - Região Sul a investir na criação da COOPAR (Cooperativa de Pequenos Agricultores na Região Sul), fundada em maio de 1992, a partir dos grupos e associações, visando à melhoria da produção, comercialização e pretendendo que esta entidade possa assumir futuramente a responsabilidade da assistência técnica.

“acho que o CAPA em si, ele não consegue trabalhar uma coisa só, porque uma coisa depende da outra” (Liderança 5)

“... porque começou a irradiar idéias, a se criar grupos, lideranças, começaram a surgir...E depois começou a se partir pra toda essa questão muito mais de organização, de formação integral da pessoa, muito mais do cooperativo, do coletivo, menos apostando em individualizações... de como ajudar pra que o agricultor começasse também a poder lidar com as questões de poder...poder no sentido da venda, do mercado, como entrar...”(Liderança 1)

Uma frente importante nesta linha foi o investimento junto a UNAIC _ União das Associações do Interior de Canguçu, entidade que surgiu em decorrência do movimento de oposição sindicalista.

“... (as) associações acharam que a gente tinha que ter uma entidade autônoma e ser dirigida pelas próprias associações. A gente começou com quatro, depois passou a doze e hoje nós estamos com trinta e oito associações filiadas. A Unaic é uma

entidade autônoma, mas trabalha em parceria com o Capa e a Pastoral Rural.” (Liderança 6)

A estrutura do Estado já conta com inúmeros sujeitos que tiveram uma formação oriunda dos movimentos sociais. Na área de saúde, os grupos de estudo da medicina comunitária e as residências nesta área já haviam participado do movimento de Reforma Sanitária e de outros espaços de aproximação com os setores organizados da sociedade civil. Na região, um assentamento em Canguçu propicia um primeiro encontro entre o CAPA e a UFPel, através do grupo de pesquisa-ação, estabelecendo-se, assim, uma proposta de capacitação de promotores de saúde. Segundo algumas falas de entrevistados, este momento significou uma grande aproximação com um “saber institucional”.

Se esses processos são vistos conforme Valla (1992, p.34), como decorrentes da crise econômica e conseqüente tendência à racionalização e redução de custos, mesmo diante da crescente complexidade do quadro sanitário, também expressam uma apropriação e uma qualificação das populações.

O ideário da Reforma Sanitária apresenta, como um dos pressupostos básicos, a participação popular, e para que essa se concretize, além da escolha de representantes da Sociedade Civil, é necessário que os grupos possam conhecer a lógica do setor de saúde.

Além desses aspectos, pode-se observar alguns efeitos da informação, como mediadora, em um processo de valorização do conhecimento, enquanto uma produção valorativa dos indivíduos.

*“... e, eu me lembro que quando comecei a participar de cursos... então foi surpresa a gente conhecer o próprio corpo...”
(Liderança 6).*

“E depois o trabalho continuou com pés firmes, porque a gente sabe mais, estuda com as pessoas...” (Liderança 4).

“... que isso, nunca ninguém tinha me dito, de olhar uma vez para o meu próprio corpo. Quantas partes diferentes eu tenho, no meu corpo... eu jamais poderia imaginar que cada alimento que eu vou comer, que ele tem um sentido...” (Liderança 2).

Assim, essa população, através de seus representantes, foi assumindo, cada vez mais, os espaços em conselhos representativos, participando de processos que os qualificava para as freqüentes disputas entre os diferentes interesses presentes neste espaço.

A fase conselhistas descrita por Doimo (1994) se estabelece, permeada de conflitos e decorrente de diferentes influências. Cortes (1996, p. 30), em um artigo sobre as origens da idéia de participação na área de saúde, nos oferece alguns elementos originários desse contexto, no qual *“a crise de legitimidade das formas tradicionais de representação de interesses nas democracias liberais e as recomendações das agências internacionais de desenvolvimento”* encontraram, em distintos segmentos da sociedade, um espaço para rever a relação entre Estado e Sociedade Civil, no sentido de reduzir o Estado e implementar a idéia do consumidor como agente de controle ou, por outro lado, interferir no espaço burocrático, viabilizando propostas oriundas de setores populares.

A fragilidade das instituições políticas, em um momento de significativa atuação dos novos movimentos sociais, possibilitou a defesa da participação popular, por segmentos antagônicos da sociedade. Conforme Cortes (1996), governos conservadores e social democratas propunham uma mesma estratégia, para diferentes fins.

Em São Lourenço do Sul, a CIMS é um exemplo dessa condição. Esse espaço de participação, instalado a partir do poder público, em uma prefeitura do então PDS, se instituiu como um importante espaço para os setores organizados do município, de tal forma que cada vez mais absorve os sujeitos dos movimentos.

“... então de aprender a lidar de outro jeito... com o poder público... esse aprendizado sendo construído...” (Técnico 3)

“... foi o período da Conferência (Conferência Municipal de Saúde), a gente participou de toda a organização... que trouxe outras demandas... a comissão do lixo... nós produzíamos material... puxávamos a frente...” (Técnico 3)

Mesmo considerando que a relação com o poder público já havia produzido um aprendizado importante, as dificuldades inerentes a esse processo causava muita insatisfação para os membros do CAPA, reforçando um sentimento ainda presente, de acordo com Cortes (1996, p. 32), de *“desconfiança... nas instituições...”*

“... tu pode tomar uma decisão no Conselho, só que ela pode ser encaminhada ou não, executada ou não...” (Técnico 3).

“Aquela Comissão do Lixo foi se esvaziando, não tinha mais o que fazer...” (Técnico 3).

Em relação a participação, é importante ressaltar que a priorização, no diversificado espaço da Sociedade Civil das ONGs, ocorreu em função de suas características, citadas por Doimo (1994) como um status de representação da sociedade, sem dogmas de programas partidários e, ainda, com um perfil identificado com prestação de serviços. Entretanto, um certo caráter pragmático dessas organizações, no caso do CAPA, começa a produzir dúvidas quanto ao

nível desejado de envolvimento com o setor estatal, considerando a imediata adequação do Estado a novas tendências, ou melhor dizendo, a concretização dos objetivos de participação, por parte dos setores mais conservadores.

Esses mecanismos de adequação do Estado para Cortes (1996) demonstram a proximidade dos Conselhos de Saúde brasileiros aos modelos de participação das democracias liberais, já que o controle sobre a gestão e os serviços são bastante limitados.

Este é para o CAPA, o momento de mais um projeto, para o período 1994-1996, que se caracteriza como uma fase de seletividade e de concretização de um perfil, no qual a assessoria e o investimento na formação e qualificação de seu público alvo são palavras-chave.

Entretanto, as múltiplas tarefas decorrentes do desenvolvimento de atividades junto aos grupos (base) do CAPA; as atividades de assessoria; o envolvimento em redes de movimentos e as parcerias com instituições públicas passam a se constituir um desafio constante e em algumas reavaliações, que caracterizou o projeto no período de 1994 - 1997, como pode ser observado nas seguintes falas:

“O projeto anterior era essa história dos convênios, de reforçar as organizações próprias dos agricultores, de uma relação de assessoria, de construir autonomia, digamos assim, dos movimentos, através da solidificação dessas instâncias, essa sim era o central do projeto.” (Técnico 3)

“...então eu acho que o momento é muito de selecionar, vamos dizer de ser mais seletivo e não abandonar este trabalho de base....” (Técnico 2)

“Eu vejo que tem alguns momentos que nós temos que estar juntos,..nós até fizemos contatos com o sindicato, Emater, prefeitura,..nós temos que ter essa ligação, mas também temos que ter bem claro quais são as nossas propostas, nossos objetivos, até pra que em certas horas, nós termos a nossa posição, e (assim) poder dizer que em algumas coisas nós somos diferentes” (Liderança 7)

O momento poderia então ser interpretado como afirmação e também como uma interrogação: assegurar os avanços ou apostar em mudanças mais profundas?

Novos referenciais teóricos e os efeitos dos avanços tecnológicos exigem um espaço ampliado, inscrevendo o micro como foco de ação. A condição de ambigüidade entre situações de manipulação do Estado e relações com a base mantém-se como desafio, frente a possibilidade de dispersão. Na opinião de Doimo (1994, p.26), *“para além da dispersão, coloca-se no entanto o próprio risco de continuidade dos pequenos grupos, na medida em que as pautas governamentais passam a catalizar a energia social e o potencial de lideranças gerado no percurso mobilizador independente. (Doimo, 1994, p.26)*

A autora, em seu estudo sobre o perfil das ONGs na grande Vitória, analisa a questão sob o aspecto da educação popular ou elaboração de políticas públicas. Frente a essas possibilidades, que em outro tempo significavam caminhos antagônicos, as ONGs redescobrem a necessidade de incorporar a mediação como estratégia básica de trabalho, contribuindo na formação de políticas, sem perder o referencial de origem, ou seja o de ampliar direitos de cidadania, a partir do reconhecimento da não-cidadania. Para o CAPA, a relação ambígua com o Estado pode ser percebida através desta fala de um técnico:

“É...eu acho que o trabalho de base é o espinho no sapato do Estado, ele é o espinho, o exemplo mais claro, um exemplo

mais claro é em Canguçu, o que já tentaram fazer de tudo pra minar este trabalho pra cooptar lideranças, conseguiram algumas e tal, então é um trabalho de base, com exemplos concretos né, numa associação assim que não se deixa cooptar é...é um espinho no sapato...” (Técnico 2)

Para Doimo (1994, p.31), esse processo se caracteriza por: “...uma alternativa virtuosa no sentido da diversificação e do fortalecimento das organizações da sociedade civil, como meio de se oxigenar e de se imprimir controle social sobre as estruturas políticas.”

E uma grande contribuição nesta área parece ser, o que se constituem os chamados novos movimentos sociais, para os quais a democratização pressupõe sua reprodução em cada aspecto da vida social, nas relações do dia-a-dia. São novos temas no cenário dos conflitos sociais. Sherer-Warren (1993b) diz que esses movimentos reconhecem o autoritarismo na sociedade civil e também nos próprios movimentos sociais e que alguns segmentos objetivam a “corrosão” de tais “práticas”.

Touraine, Guatarri e Castoriades são alguns dos teóricos que se dedicam ao estudo de temas de interesse de segmentos como o movimento ecológico, de mulheres, entre outros. E ao que parece é no estudo da micro realidade, ou da micropolítica, no dizer de Guatarri, que se abre um rico espaço para o reconhecimento de mecanismos autoritários, de tal forma que os conhecendo, pode-se pensar ações inversoras do processo em pauta.

O trabalho desenvolvido pelo CAPA traz como marca importante as estratégias identificadas com os novos movimentos sociais, desde seu início, em atividades como tecnologias alternativas, agroecologia, a mulher e sua especificidade, o mundo rural e suas particularidades relacionadas aos sujeitos.

Esses movimentos, ao superarem as categorias tradicionais utilizadas pela ciência social para análise dos movimentos sociais, assumem uma nova perspectiva. Teoricamente os movimentos “tradicionais” incorporam três características básicas: a estrutura social como determinante na identidade do agente; o espaço político, único local de conflito; e a história como alavancador do conflito (Laclau, 1986).

No caso da saúde, isso significa apoiar os grupos organizados que através de sua participação tensionam uma ampliação do próprio conceito de participação. Essa postura está de acordo com Shierer-Warren (1993b), quando a autora diz que às ONGs cabe a estimulação e efetivação de práticas políticas articulatórias das ações localizadas, caracterizadas pela singularidade.

Neste mesmo período, como consequência de fatores já identificados e citados na descrição da fase anterior, o CAPA se retira do Conselho Municipal de Saúde, em um momento em que se explicita a limitada possibilidade de intervenção e controle da gestão de serviços.

*“... o Conselho nos consumia, absorvia muito tempo...”
(Técnico 3).*

“... um papel nosso, importante é ... ajudar as pessoas a ter segurança pra participar no CMS... muitas vezes até ir na frente, ... ir junto, ... depois, num certo momento, a gente se retirando, as pessoas continuando...” (Técnico 2).

A partir deste momento o papel das ONGs, conforme Doimo (1994), se adequa a uma nova percepção de seu campo de ação, tornando-as mais complexas e confirmando uma tendência de estabelecer relações com a esfera pública no sentido de pretender uma “oxigenação” realizada através da formação e qualificação de seus grupos de trabalho.

Este também é o período de realização do presente estudo e, como situação ilustrativa da relação que se estabeleceu e também considerando a aproximação do CAPA com órgãos públicos, descreve-se a seguir um projeto, realizado em conjunto (CAPA e UFPel) de qualificação de promotores de saúde.

Durante a realização do estudo, até por sua característica participativa, algumas atividades passam a ser um compromisso partilhado a partir de objetivos comuns. O Curso de Promotores de Saúde é um exemplo dessa condição, decorrente do entendimento comum de que a troca de informações é um elemento indispensável, quando se pensa em investir na autonomia da comunidade.

Assim, em setembro de 1995, passamos a discutir a organização de um curso dirigido aos pequenos agricultores da região e moradores da periferia urbana de grupos assessorados pelo CAPA - Região Sul, com o objetivo de *"promover autonomia das comunidades rurais, repassando informações técnicas, resgatando elementos da cultura popular e estimulando uma postura crítica e participativa dos membros das comunidades em instâncias decisórias do setor saúde¹ *"*.

Vale ressaltar também que uma das motivações importante para a realização deste projeto de extensão, além de promover uma *apropriação e reconstrução* do entendimento do processo saúde/doença é proporcionar uma aproximação da própria Universidade com a realidade na qual ela está inserida.

O referido projeto iniciou em novembro de 1995 e atingiu vinte e cinco comunidades, sendo que seu público majoritário foram agricultoras, que já vinham tendo algum vínculo com o trabalho do CAPA, principalmente na área da saúde e, nesse sentido, buscou-se a capacitação de novas lideranças.

Na primeira fase já se percebeu as dificuldades do grupo em relação a proposta geral do curso, o que parece ser consequência da inexperiência das participantes e também por sua relação indireta, já que a assessoria a esses grupos é desenvolvida pelo departamento de saúde da UNAIC, pelo projeto da Paróquia de São Lourenço do Sul e diretamente pelo CAPA, porém não de forma contínua, em Pedro Osório. Um dos aspectos que chamaram bastante à atenção foi a necessidade de investir na construção de um conceito de comunidade e de trabalho com e em grupo, o que foi planejado e realizado em março de 1996, quando se desenvolveu um módulo compacto da Oficina A do Prórenda.

Essa oficina faz parte das atividades previstas pelo Projeto Prórenda*² e tem como tema central o Enfoque Participativo: técnica de moderação e visualização no trabalho com e em grupos.

A oficina desenvolve atividades de aprendizagem de técnicas de visualização móvel com o uso de tarjetas, realiza o treinamento inicial de habilidades de moderação e estimula atitudes relativas ao enfoque participativo, com a finalidade de *"vivenciar e analisar situações e problemas que possam ocorrer quando um grupo tenta resolver tarefas e experimentar as próprias possibilidades (inconscientes) de bloquear ou facilitar a solução de tarefas grupais³".*

Durante a realização da oficina o grupo se mostrou um pouco assustado com o volume de informações, mas, no decorrer dos trabalhos, parece ter havido

¹ Ementa do projeto de extensão: Promotores de Saúde, homologado pelo COCEPE da UFPel em 12.03.96, realizado pelo CAPA - região sul, Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia, Faculdade de Ciências Domésticas e Instituto de Biologia, sob a coordenação de Vanda Jardim e Karin Peglow.

² O programa é resultado de uma cooperação técnica Brasil-Alemanha, se constituindo em um convênio entre governo do Estado do Rio Grande do Sul e a G.T.Z. - Programa de Viabilização de Espaços Econômicos para e através da População de Baixa Renda.

³ In Registro sistematizado da Oficina Prórenda-A, desenvolvida em Pelotas, de 07 a 11 de agosto de 1995. 78 p. p.7

uma sensibilização importante em relação a necessidade do desenvolvimento de técnicas para o trabalho em grupos.

O curso de promotores de saúde teve continuidade até o mês de agosto, se constituindo em módulos, realizados uma vez por mês, durante três dias. Os temas abordados, além da questão de metodologias de trabalho em grupo, incluíram: política de saúde, saúde do trabalhador, práticas alternativas, saúde da mulher e da criança, através de uma metodologia que busca partir da realidade para transformá-la, uma unidade entre teoria e prática e uma produção coletiva do conhecimento⁴.

Como consequência desse projeto foi constituído um grupo de acompanhamento e assessoria, com a participação da pesquisadora, da enfermeira do CAPA, da responsável pelo Departamento de Saúde da UNAIC e da Coordenadora do Projeto de Saúde da Paróquia de São Lourenço do Sul. Esse grupo pretende apoiar o trabalho das promotoras, estimulando tanto sua inserção nos grupos já existentes quanto o desenvolvimento de novos. Essa iniciativa se deu considerando a mudança de papel decorrente da capacitação de novos sujeitos, já que o trabalho nestas comunidades anteriormente era realizado somente pela UNAIC e Paróquia e também porque, segundo o relato das representantes dessas entidades, as dificuldades do trabalho comunitário requerem cada vez mais a capacitação pessoal e o estabelecimento de espaços de produção coletiva do pensar e fazer do trabalho em comunidade.

Essa aproximação parece apontar, cada vez mais, outras possibilidades de trabalhos em conjunto. Neste momento, se discute a elaboração de um convênio formal entre FEO/UFPel e CAPA - Região Sul.

⁴Projeto de Extensão: Promotores de Saúde, UFPel / CAPA, 1995.

Durante a realização do curso foi possível perceber mais claramente a metodologia utilizada pelo CAPA. A proposta de trabalho partiu de um modelo participativo reunindo elementos da educação popular, mas também considerando os diferentes papéis entre o técnico e a população. Sempre esteve presente a preocupação de partir da realidade da comunidade, através de levantamento de problemas e, através de um planejamento participativo, propor e encaminhar soluções. A técnica de visualização favoreceu o acompanhamento e sistematização das atividades. Entretanto ao final dos encontros foi solicitada a elaboração de um material de suporte, já que as informações contidas nos relatórios era muito sucinta, não se prestando como material de consulta.

É importante ressaltar que esse tempo e espaço de convivência permitiu a identificação de outros elementos presentes na prática social do CAPA, na área de educação e saúde, que possibilitam a identificação de uma proposta metodológica orientada por uma lógica programática decorrente de um processo de mediação entre objetivos de caráter prático e práticas que possibilitem a exploração da subjetividade. As ações propostas e a forma de encaminhamento é decorrente, a cada momento, das relações entre técnicos, lideranças e população a partir da posição dos diferentes sujeitos nas relações formais e informais.

Esse processo parece caracterizar o conjunto de atividades do CAPA e orientou a formulação do quinto projeto que apresenta uma proposta de “desenvolvimento rural integral”. O novo projeto encaminhado a EZE, para o período 1997 - 2000, de alguma forma sistematiza a experiência acumulada e aponta alguns rumos que merecem ser acompanhados, através de seus objetivos, os quais indicam a necessidade: de valorizar e estimular as comunidades para que, de forma organizada, busquem soluções para os seus problemas, através de estratégias de desenvolvimento, especialmente de desenvolvimento sustentável; investir em projetos dirigidos à especificidade da mulher, do jovem e do homem

rural, de forma a que exerçam a cidadania; e estimular a participação em ações conjuntas de movimentos sociais (CAPA, 1996).

Esses objetivos demonstram a vertente articulista, descrita por Sherer-Warren (1995, p. 170), como uma possibilidade “*que se constrói enquanto complementariedade de idéias e experiências de atores / setores plurais e diversificados*”.

Em síntese, pode-se perceber que a evolução histórica do CAPA, acompanhando uma tendência nacional, imprime, então, a esta ONG o duplo papel de investir em atividades de estímulo a participação contínua da sociedade civil, no sentido de produzir propostas oriundas das particularidades, como também propostas mediadas no espaço das redes de organização.

Assim, a história do CAPA nos oferece alguns elementos de um cenário no qual a educação e saúde se inserem e, ao desenvolver-se, contribuem para o processo de construção cotidiana de uma idéia e de uma prática cidadã.

- Cidadania: um conceito construído, em construção

Ao se analisar a dinâmica das propostas e ações do CAPA - Região Sul na área de educação e saúde, e considerando sua trajetória, a cidadania, enquanto uma prática social, se desvela em três momentos distintos de um mesmo processo. É possível identificar, logo no início das atividades do Centro, uma preocupação em constituir-se uma entidade identificada com os interesses populares, com uma atuação distante do Estado, e neste contexto, o conceito de cidadania estritamente carregado de uma ideologia liberal é subvertido pela

estratégia da educação popular, pretendendo uma valorização do “saber popular”. A partir desse enfoque, começa um processo que logo a seguir dedica-se ao debate da condição de não-cidadão, sob a qual grande parcela da população vive. E por último, muito em decorrência da influência dos novos movimentos sociais, as propostas e ações na área de educação e saúde se organizam, a fim de investir em uma idéia de cidadania, enquanto um conceito substantivo, construído no coletivo e capaz de abarcar necessidades singulares.

Quando da criação do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor e o início das atividades na área de educação e saúde, as relações entre Sociedade Civil e Estado ainda guardavam o conflito como característica, em um tempo no qual o conceito de cidadania representava fundamentalmente suas origens liberais.

Os pressupostos de igualdade e de limitação do poder estatal sobre os indivíduos, no dizer de Saupe (1992), eram insuficientes e ineficazes às necessidades vividas pelos grupos de interesse. Assim o CAPA investiu, neste primeiro momento, na valorização, ou super valorização do saber popular, através de uma metodologia participativa, orientada pelos estudos de Paulo Freire. O objetivo era fortalecer os indivíduos, através de atividades coletivas, fazendo com que as comunidades buscassem na relação de apoio um viés para reconstrução de um espaço adequado aos seus interesses.

Em atividades comunitárias, a consciência de sujeito deveria ser obtida através, conforme Saupe (1992, p. 05), da “unidade permanente entre consciência e linguagem”. Uma linguagem também carregada de elementos culturais que, conforme Demo (1993, p.95), “*refere-se principalmente ao nível da criação de símbolos e valores*” de um grupo ou sociedade.

Os trabalhos desenvolvidos com ervas medicinais apresentavam, de certa forma essa ambigüidade. Se enquanto um “produto humano e social” ativava

“potencialidades e criatividade”, também investia no que Demo (1993, p. 55) chama de um conceito aderido de uma “tendência conservadora”, já que investe na preservação de valores, hábitos e posturas religiosas.

Um exemplo do investimento nas potencialidades dos indivíduos está nesta fala:

“...a pessoa como sujeito da história, sujeito de potencialidades, que sabe, que conhece, que tem história,... a partir disto, vai se estabelecendo uma escala nova de valores, de dignidade..”(Liderança 1)

Esse processo permitiu a diversos indivíduos um sentimento de valorização e de satisfação, substituindo, inclusive, a idéia de presença de doença por bem estar.

“Eu comecei a trabalhar com o CAPA, porque eu fui uma pessoa doente... que mudou muito..”(Liderança 5).

“... com o trabalho a gente tem mais ânimo, mais incentivo, a gente discute mais. Isto muda a vida pra melhor. A gente se sente mais valorizada. E a gente tem coragem”(Liderança 4)

Segundo Peglow (1994, p.3) “*cidadanizar-se é um processo coletivo...é situar-se...é sair do silêncio. É deixar de ser periférico..*”

Através, então, da valorização do saber, um saber oriundo da história das comunidades e da vida dos indivíduos, as ações de educação e saúde estimulavam um situar-se no mundo, saindo do silêncio e de uma postura receptiva de modelos e prescrições.

Entretanto, a estimulação dessas condutas e as transformações do mundo introduziam novas necessidades. Sair do silêncio também tem um significado de ampliar os espaços de atuação.

“... e assim pudesse perceber os fatores de sua própria pobreza, da sua situação de marginalidade, no sentido de viver à margem da sociedade....” (Liderança 1)

Conhecer-se como não-cidadão possibilitou aos grupos uma identificação própria e a exigência de implementar estratégias de mobilização e influência, no sentido de romper com as condições determinantes da não cidadania.

As mobilizações, no campo da saúde, como já foi citado, haviam produzido uma mudança substancial na idéia de processo saúde-doença, sendo que no Brasil introduzia-se uma nova lei orgânica da saúde. A universalização do direito à saúde vem, neste momento, confirmar Santos (1995) ao reconhecer a cidadania como uma produção histórica e diferenciada a partir dos grupos de pressão.

Essa concepção estimulada por uma tendência, segundo Sherer-Warren (1993a), democratizante das ONGs do norte, podem justificar uma aproximação com o espaço da institucionalidade política.

Para Doimo (1994), este momento é decorrente do reconhecimento que as ONGs passam a ter, estimulando-as a participar ou tensionar uma participação na produção de políticas públicas.

No CAPA, as ações de educação e saúde pretendem uma tensão e uma explicitação do conflito, como forma de demonstrar a vinculação do Estado aos interesses de um grupo em prejuízo das demandas populares. Mas também significa um reconhecimento do espaço público e, como decorrência, uma

tentativa de ampliar a influência dos setores populares. Para Leite (1991, p.118), a cidadania apresenta a possibilidade de “*generalização de condições de vida, consideradas básicas*”.

Assim o CAPA, buscando uma influência no setor público, começa a participar da Comissão Interinstitucional de Saúde em São Lourenço do Sul e a investir na qualificação de lideranças para intervir neste espaço. Sua atuação, em um primeiro momento, encontra no conflito a estratégia fundamental. Muitos interesses distintos mediavam essa relação, tais como, segundo Cortes (1996), a racionalização e redução de custos para os setores conservadores e a ampliação e efetivação de direitos sociais para os movimentos.

Neste momento, os discursos traduzem a necessidade de reivindicar espaços e direitos:

“...O CAPA é um apoio em todos os sentidos, de ver com a população, onde eles deveriam reivindicar...” (Liderança 5).

“... saúde... é responsabilidade da comunidade, não delegar... completamente pra um profissional, que se coloca atrás de uma mesa ... e, do outro lado, ninguém sabe nada...” (Técnico 2)

“Participar do Conselho é muito bom. A gente fica sabendo como funciona o atendimento da saúde em todo o município, os recursos... qual a forma de cobrar... é o nosso direito...” (Liderança 5).

Este também é o momento em que o CAPA, assume uma postura mais pública:

“... já ia partindo pra uma postura mais política, até um ponto em que tivemos gente do CAPA apoiado para candidaturas...” (Liderança 1)

A participação de membros do CAPA, na fundação do Partido dos Trabalhadores nos remete à evolução histórica do conceito de cidadania, que, ao sofrer a pressão de setores, segundo Spencer (1997), identificados com uma proposta de cunho socialista, incorpora necessidades de direitos sociais, o que, no caso de São Lourenço do Sul, parece ter contribuído na qualificação da assistência à saúde.

A ampliação do conceito, no entanto, ainda se vincula, conforme Valla (1992), à capacidade de reprodução da força de trabalho, o que O'Donnell (1993) considera cidadania de baixa intensidade, para a qual o cerne das discussões decorre da disputa pela incorporação do Estado brasileiro entre os setores dos movimentos sociais e alguns grupos econômicos.

No sentido de superar essa limitação, o CAPA parece, cada vez mais, ultrapassar o ideário liberal, presente no conceito de cidadania, e um salto de qualidade começa a ocorrer.

“... o objetivo é... do cidadão entender o mundo em que ele vive e, o que lhe cerca... participar ativamente... criando alternativas... de forma individual e coletiva...” (Liderança 3).

“... batalhar por outros aspectos da vida, não só a comercialização...” (Técnico 3).

“melhorar nossas condições de vida no dia-a-dia” (Liderança 2)

Essas falas traduzem os efeitos de algumas áreas temáticas presentes no trabalho desta ONG, desde sua criação, identificadas com os novos movimentos sociais, divulgados através da articulação promovida pelas redes sociais.

Conforme Laclau (1986), os novos movimentos deslocaram o sujeito, o tempo e o espaço, característicos dos movimentos “tradicionais”. Os sujeitos, agora, representam sua complexidade, em múltiplas facetas, trazendo à tona, também, sua especificidade.

“...trazer esta questão à tona, uma nova relação entre homens e mulheres, na família, na comunidade...”(Liderança 1).

“... se nós tivéssemos permitido divisão, acho que nunca ia ter mulher em associação, direção, em qualquer coisa..” (Técnico 1)

“... e eu, uma agricultora, estou lá, na escola, trabalhando com a oitava série...” (Liderança 4).

As falas, além de identificarem um novo sujeito, desvelam novos espaços de atuação. A família, a comunidade e o próprio movimento social constituem-se na pluralidade de espaços de atuação. Segundo Sherer-Warren (1993b), essa tendência pretende abarcar a realidade, através de ações fragmentadas, em pequenos grupos, constituindo uma atividade plural, diversificada.

Nas atividades do CAPA, foi possível identificar várias atividades junto a grupos de mulheres, objetivando oferecer informações sobre saúde da mulher e outras atividades como estímulo a obtenção de documentação pessoal, participação nas associações...

Além disso, o perfil da equipe não só permite, como estimula a exposição e discussão acerca dos objetivos e métodos de uma proposta que pretende a integralidade assim como das dificuldades em efetivá-la.

As propostas de desenvolvimento sustentável, demonstrando uma preocupação com o meio ambiente, enquanto preservação de um modo de vida,

presentes no trabalho desta ONG também se identificam com os novos movimentos sociais. Segundo Herculano (1992) e Acselrad (1993), o desenvolvimento sustentável tem como premissa fundamental um reinvestimento no ambiente, no sentido de recuperar a primazia dos interesses coletivos.

Essas atividades no âmbito das redes de movimento, como o Programa de Tecnologias Alternativas, vão contribuir para um entendimento de cidadania contemporâneo, no qual, segundo Lince (1995, p. 149), o cidadão concreto supera a “*lógica da cidadania abstrata*”.

“Hoje a gente valoriza aquilo que faz. Antes a gente lamentava os problemas; agora, a gente se organiza” (Liderança 4).

“... a gente trabalha com esse conceito... da qualidade de vida, da mudança de vida ali na comunidade, abrir espaço pra se pensar em outras coisas... de outros desejos... que eu tenho e que eu posso construir...” (Técnico 3).

São indicações de um novo signo, construído e em construção, que apresenta o cotidiano como espaço político, a partir de uma valorização sociocultural e uma ética solidária (Gadotti & Torres, 1994). Nesse sentido há necessidade, conforme Genro (1994), de se coletivizar interesses, através de processos mediadores capazes de atender demandas particularizadas.

A evolução conceitual da cidadania, na área de educação e saúde, acabou por introduzir uma concepção que inclui necessidades estruturais e subjetivas e que no dia-a-dia se utiliza do que Duarte et al (1993, p. 18) identifica como a busca do equilíbrio entre os sentimentos comunitários e o valor individualista. Assim, “*fiar-se na cidadania hoje deveria ser portanto afastar-se da certeza e*

mesmo da esperança, agindo nos limites mais estreitos e severos da possibilidade”.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: IDÉIAS E QUESTÕES

A educação e saúde, enquanto prática referenciada na complexidade do concreto e alimentada pelas crescentes discussões teóricas, nas últimas décadas, vem se constituindo em um espaço de reflexão e ação afinado com as elaborações ocorridas no campo da saúde, na idéia de sujeito e na evolução do conceito de cidadania.

Suas transformações ao longo do tempo, ao se coadunarem com os processos ocorridos com as idéias e as concepções de indivíduo, sociedade, cidadania e saúde, percorreram diferentes concepções: o individual incompleto, centrado na negação do social; a negação do individual, em um social descolado da pessoa; e, neste conflito com o espaço do particular, no geral, um coletivo capaz de abarcar o individual, uma mediação possível e também de difícil determinação.

Essa histórica evolução conceitual parece ter permitido uma crescente incorporação e reconhecimento das múltiplas nuances que compõem o espaço de atuação na área de saúde.

Este estudo se constituiu em um esforço de reunir essas categorias no sentido de orientar um pensamento científico, político e operacional em saúde, tendo por base a idéia de um processo que se dá no coletivo sob influência da organização social e que se expressa singularmente em cada indivíduo, sendo, portanto, apreendido pelo sujeito a partir de sua subjetividade e conforme um conjunto de significados, em cada contexto.

A possibilidade de articular conhecimento e realidade se constituiu um grande desafio, no sentido de desvelar a materialidade e a subjetividade de um recorte de manifestações da experiência de uma organização não governamental. Compreender a construção do conceito de cidadania realizado pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor - Região Sul, através da educação e saúde é uma expressão possível desta realidade, especialmente se levarmos em conta o conjunto de experiências e a própria história desta ONG.

Assim, durante a realização do estudo, foi possível conhecer uma entidade que, surgindo em um período com limitados espaços de expressão individual e coletiva, se constitui em uma experiência rica, do ponto de vista das organizações sociais, e que evolui de um perfil “didaticamente” não-governamental até assumir uma complexidade inerente à contemporaneidade, o que a torna habilitada a compor relações seletivas com o Estado, ao mesmo tempo em que investe em espaços de composição e mediação de diferentes propostas, oriundas também de um mundo particular de cada sujeito.

Neste cenário as ações de educação e saúde surgem como uma necessidade exposta da população e se constituem um desafio, já que inicialmente possibilita uma aproximação com o mundo privado e com a especificidade do mundo feminino. Sem se vincular à assistência, elabora uma ação capaz de valorizar o conhecimento, a cultura e a história da comunidade, estabelecendo assim uma base para um trabalho de organização e estimulação em processos participativos.

Na área de educação e saúde, a partir da década passada a participação popular possibilitou uma nova elaboração do conceito de saúde e viabilizou propostas mais identificadas com a complexidade dos sujeitos e de suas necessidades. Isso, entretanto, não ocorre sem conflitos e sem avanços e

retrocessos, o que se percebe claramente nas disputas locais e nas contradições presentes no cotidiano de trabalho.

Contudo, esses desafios reforçam a dimensão social do processo saúde-doença e estimulam novas frentes de atuação que, para o CAPA, se tornaram investimentos em conceitos como qualidade de vida e cidadania.

Diante de um acúmulo de experiência e história, o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor apresenta, como decorrente de suas propostas e ações, um conceito de cidadania que retoma elementos da origem histórica desse termo, no sentido de reconhecer demandas e desejos singulares e, ao mesmo tempo investir em espaços que possam vir a ser canais de mediação e de busca para o atendimento de necessidades coletivas.

Apresentando-se como entidades representativas, as ONGs viabilizam a cidadania como uma “possibilidade”, ao reunirem elementos solidários, próprios do trabalho da comunidade, a elementos característicos de uma racionalidade e individualidade presentes na idéia liberal de cidadania.

Assim essa experiência possibilitou uma aproximação com um campo distinto da assistência mas inerente a ela, no qual os indivíduos, instrumentalizados por um saber, se qualificam para intervir em múltiplos e diferenciados espaços.

Cabe também ressaltar a intrínseca adequação entre o processo em foco no estudo e a proposta metodológica, na qual a dialética, com sua objetividade dual e correlacional, se somou à hermenêutica, que através da compreensão favoreceu a busca do sentido; construindo assim, ambas, um caminho para recompor a realidade. A compreensão, o acordo, ao realizar-se de forma extensiva, também denotou limites, na medida do questionável, produzindo juntos a ação

hermenêutica, através de uma relação de consenso entre os sujeitos, de estranhamento, como também de fracassos, na experiência de compor o conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

- ACSLRAD, Henri. Desenvolvimento sustentável: a luta por um conceito. In: **Proposta**. Rio de Janeiro, nº 56, 1993.
- ARROYO, Miguel. Educação e exclusão da cidadania In **Educação e Cidadania: quem educa o cidadão**. São Paulo: Cortez, 3ª ed., 1991.
- ASSIS, Marluce Maria Araújo. **A municipalização da saúde em Feira de Santana - Ba: intenção ou realidade?** Ribeirão Preto : USP, 1994. 210 p. Dissertação (Mestrado em enfermagem de saúde pública)_ Departamento de enfermagem materno-infantil e saúde pública, Universidade de São Paulo, 1994
- BALDISSERA, Adelina. **CEBS: Poder**, Nova Sociedade. São Paulo: Paulinas, 1987.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa : Edições 70, 1994. 227 p. Traduzido de : L'Analyse de contenu.
- BERLINGUER, Giovanni. **A doença**. São Paulo: Hucitec, 1983.
- BERNARDES & NANNE. O Brasil Organizado Funciona In: **Veja**, São Paulo: Ed. Abril Cultural, n. 47, p. 70-77, fev.1994.
- BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Tradução por Carlos Nelson Coutinho. 2.ed. Rio de Janeiro : Edições Graal, 1982. 77 p. Tradução de : Gramsci e la concezione della società civile.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade** : por uma teoria geral da política. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 3.ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987. 173p. Traduzido de : Stato, governo, società. Per una teoria generale della politica.
-
- _____. **As ideologias e o poder em crise**. Pluralismo, democracia, socialismo, comunismo, terceira via e terceira força. Tradução de João Ferreira. 3 ed. Brasília: Edunb, 1994. 240 p. p. 15-29. Traduzido de: Le ideologie e il potere in crisi.

- BRASIL. **VIII Conferência Nacional de Saúde**. Relatório final. Brasília: Centro de documentação, 1986.
- BREILH, Jaime. **Epidemiologia: Economia, política e saúde**. São Paulo: UNESP: Hucitec, 1991.
- BUARQUE, Cristovam. **Perspectivas de desenvolvimento no Brasil: modelos anteriores, o projeto neo-liberal e visões alternativas**. Texto reproduzido a partir da conferência proferida no seminário "Desenvolvimento e democracia: o papel das ONGs na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: ABONG, 1992.(papers)
- CALDERÓN, Fernando & JELIN, Elizabeth. **Classes sociais e movimentos sociais na América Latina: perspectivas e realidades**. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**(ANPOCS), 1987. V.2(n.5).
- Centro de Apoio Pequeno Agricultor. **Projeto III**. 1990. (documento)
- Centro de Apoio Pequeno Agricultor. **Projeto IV**. 1993. (documento)
- Centro de Apoio Pequeno Agricultor. **Desenvolvimento Sustentável**. Projeto V. 1996. (documento)
- CASTORLADES, Cornelius. **Socialismo ou Barbárie - o conteúdo do socialismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983
- CORTES, Soraya M. Vargas. **As origens da idéia de participação na área de saúde**. In: **Saúde em Debate**. Londrina, nº 51, jun. 1996.
- COSTA, Sérgio. **Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil. Uma abordagem tentativa**. In : **Novos estudos CEBRAP** (centro brasileiro de análise e planejamento). São Paulo, n.38, p.38-52, março de 1994.
- DEMO, Pedro. **Pobreza Política**. 4ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1994.
- DEMO, Pedro. **Participação é conquista : noções de política social participativa**. São Paulo : Cortez/Autores Associados, 1988. 176p.
- _____. **Metodologia científica em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo : Atlas, 1989.
- _____. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas: Autores Associados, 1995.

- D'INCAO, Maria Conceição; ROY, Gérard. *Nós, cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 279 p.
- DOIMO, Ana Maria. **O Perfil das ONGs no Brasil Pós-70 e Sua Presença na Grande Vitória em Meados dos Anos 90**. Vitória, ES:UFES, 1994. (Relatório de Pesquisa).
- DUARTE, et al. Vicissitudes e limites da conversão à cidadania nas classes populares In: **Revista Brasileira de Ciências sociais**. Nº 22, jun. 1993.
- FERREIRA, Nilda Teves. **Cidadania: uma questão para a educação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- FERNANDES, Rubem César. **Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 11 ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1993. 295 p.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. Tradução de Kátia de Mello e Silva. 3 ed. São Paulo: Moraes, 1980. 102 p.
- GADOTTI, Moacir et al. **Pedagogia: diálogo e conflito**. São Paulo: Cortez, 1985. 127 p.
- GADOTTI, Moacir & TORRES, Carlos A. Educacion popular en América Latina: crítica y perspectivas. In: **Educação Popular: utopia latino-americana**. São Paulo: Cortez/EDUSP, 1994. 341p
- GARCIA, Juan César. Medicina e sociedade: as correntes de pensamento no campo da saúde. In: **Pensamento Social em saúde na América Latina**. Eduardo D. Nunes (org.). São Paulo: Abrasco, Cortez, 1983.
- GENRO, Tarso. **Utopia Possível**. Porto Alegre: Artes e Ofícios ed., 1994.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo: Cortez, 1992.
- GONZAGA, Flávia Regina Souza Ramos. **Para além do cotidiano: reflexões acerca do processo de trabalho de educação em saúde**. Florianópolis, 1992. 132p. Dissertação de Mestrado (Enfermagem), Universidade Federal de Santa Catarina

- GOULART, Flávio Andrade. Movimentos Sociais, cidadania e saúde. Anotações pertinentes à conjuntura atual In: **Saúde em Debate**. Londrina, nº 39, jun. 1993.
- GUATTARI, Félix & ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- HABERMAS, Jünger et al. **Textos Escolhidos**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- HABERMAS, Jürgen. *Dialética e Hermenêutica* : para a crítica da hermenêutica de Gadamer. Tradução de Álvaro Valls. Porto Alegre : L&PM, 1987. 136p. Traduzido de textos extraídos dos livros : Hermeneutik und ideologiekritik; Das erbe Hegels zwei reden aus anlass des hegelspreises e Theorie des Kommunikativen handelns.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 4ª edição. São Paulo: Paz e terra, 1992.
- HERCULANO, Selene Carvalho. Como Passar do insuportável ao sofrível. IN: **Tempo e Presença**. Rio de Janeiro: n.º 261, fev. 1992.
- INGRAM, David. *Habermas e a dialética da razão*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1993. 298p. Traduzido de : Habermas and the dialectic of reason.
- JARDIM, Vanda e PEGLOW, Karin. **Promotor de Saúde**. Projeto de Extensão. Pelotas, 1995.
- KANTORSKI, Luciane et al. **Cidadania e Integralidade do Sujeito: sua relação com a educação e saúde**. Cad. de Pesquisa, Sta Maria. n. 55. p. 01-16. Agos. 1993.
- KANTORSKI, Luciane. **Educação e Saúde no Movimento Social de Aratiba**. Santa Maria: UFSM, 1994. Dissertação de Mestrado.
- LACLAU, Ernesto. **Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social** IN: Revista Brasileira de Ciências Sociais. N. 02, vol. 1, out, 1986.
- LAURELL, Asa Cristina. A saúde-doença como processo social. IN: **Medicina social: aspectos históricos e teóricos**. Org: Everardo Duarte Nunes. Ed. Global, 1983.

- LEITE, Márcia. Políticas Sociais e cidadania IN: **PHYSIS**. Revista de Saúde Coletiva. Vol. 1, nº 1, 1991.
- LINCE, Leo. A invenção da Cidadania. In: França, Maria Inês (org.). **Desejo, barbárie e cidadania**: uma articulação entre psicanálise e política. Petrópolis – RJ: Vozes, 1994.
- LOCKE, Jonh. **Segundo Tratado sobre o Governo**. Ensaio relativo a verdadeira origem, extensão e objetivo do Governo Civil. (Tradução E. Jacy Monteiro)p. 37-103
- MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- OTTMANN, Götz. Movimentos sociais urbanos e democracia no Brasil: uma abordagem cognitiva. Tradução de Otacilio Nunes. In: **Novos Estudos**. N. 41.mar de 1995.
- O'DONNELL, Guillermo. Sobre o estado, a democratização e alguns problemas conceituais : uma visão latino-americana com uma rápida olhada em alguns países pós-comunistas. Tradução de Otacilio Nunes. In: **Novos Estudos**. n.36, julho de 1993.
- PAIVA, Vanilda. Anos 90: as novas tarefas da educação dos adultos na América Latina.In: **Encontro latino-americano sobre educação de jovens e adultos trabalhadores**. Anais.1993: Olinda. Instituto nacional de Estudos e pesquisas educacionais. Brasília, 1994. 381p.
- PALMA, Diego. O Clima da Pós-modernidade, a crise e a Educação Popular. IN: **O Pêndulo das Ideologias**. Pedro Benjamim Garcia et al. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- PATRÍCIO, Zuleica Maria. **Educação para a Saúde**: um processo de interação cultural-afetiva transformando a vida. Trabalho apresentado no 47 CBE. Goiania, 1995. 22p.
- PEGLOW, Karin. **A Função Social do Cotidiano**. (Monografia) Universidade Regional da Campanha. Curso de Especialização em saúde Mental Coletiva. Bagé. 1994.
- RAITZ, Tania Regina. **Discursos Plurais assessorando um movimento popular em Florianópolis**. Estudo de caso de uma ONG. Dissertação de mestrado - Sociologia Política. Universidade Federal de Florianópolis. 1994.

RAMOS, Célia Leitão. Participação Popular nos Programas de Saúde. In: **A Saúde em Estado de Choque**. Maria Cecília Minayo (org.). Editora Espaço e Tempo, 1986.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **O Contrato Social**. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

RIVERA, F. Javier Uribe. **Planejamento e Programação em Saúde: um enfoque estratégico**. São Paulo: Cortez, 1989.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

SAUPE, Rosita. Formação do Enfermeiro Cidadão Crítico - Entendimentô dos Docentes de Enfermagem. **Texto e Contexto**. Enfermagem. Florianópolis (1), 1992. P.01-15.

SAUPE, Rosita e NAKAMAE, Djair. A dialética materialista na concepção progressista da realidade IN: **Texto e Contexto**. Enfermagem. Florianópolis. Vol. 3, nº1, jan./jun. 1994.

SPENCER, Leonardo Rochedo. **Cidadania, conceito ocidental**. Pelotas, 1997. (texto)

SCHERER-WARREN, Ilse. **ONGs _ um perfil em construção**. Florianópolis, 1993.(papers)

_____. **Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. 2ª ed. Florianópolis: ed. da UFSC, 1987.

_____. ONGs na América Latina: trajetória e perfil. IN: **Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais de VIOLA et al.** Florianópolis/São Paulo: Ed.UFSC/Cortez editora, 1995. 220 p. p.161-180

_____. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: edições Loyola, 1993. 143p.

SILVA, Jaqueline. Educação em saúde: notas para a discussão de um campo temático. IN: **Saúde em Debate**. Londrina: 42, mar/94.

STEIN, Ernildo. **História e Ideologia**. 2.ed. Porto Alegre : Ed. Movimento, 1981. 71 p. 13-21p.

- _____. Dialética e hermenêutica : uma controvérsia sobre método em filosofia. In : **Dialética e hermenêutica** : para a crítica da hermenêutica de Gadamer de Jürgen Habermas. Porto Alegre : L&PM, 1987. 136 p. p.98-133.
- STOTZ, Eduardo Navarro. Enfoques sobre educação e saúde. IN: **Participação popular, educação e saúde**: teoria e prática. Org.: Victor Vincent Valla, Eduardo Navarro Stotz. Rio de Janeiro: Relume-dumará, 1993. p.11-22
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais** : a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo : Atlas, 1987. 175 p.
- TORRES, João Carlos Brum et al. **A criação Histórica**. Porto Alegre: Artes e Ofícios ed., 1992.
- VALLA, Victor V. Educação, saúde e cidadania: investigação científica e assessoria popular. In: **Cadernos de saúde pública**. Vol. 8, n.1. jan/mar, 1992. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de saúde pública. RJ.
- VASCONI, Rubén. **La Salud como problema existencial**. I Seminário Internacional de Filosofia e Saúde. Florianópolis, nov. 1995.
- WESTPHAL, Márcia Faria e PELICIONE, Maria Cecília Focesi. Contribuição da Educação e Saúde para a Reforma Sanitária. In: **Saúde em Debate**. N.33, Londrina, 1991.